

Veículo: Site A Tarde	
Data: 11/02/2021	Caderno: Notícias

A TARDE

Qui , 11/02/2021 às 08:36 | Atualizado em: 11/02/2021 às 08:42

Em seis anos, Bahia registra economia real de R\$ 7,8 bilhões

Da Redação



O governo baiano obteve nos últimos seis anos uma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com o custeio da administração. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), o valor efetivamente gasto nesta área permaneceu nos mesmos patamares, chegando a registrar pequena redução no comparativo entre 2018 e 2020.

O resultado é atribuído a política de Qualidade do Gasto Público implantada em 2015, logo no início da primeira gestão do governador Rui Costa. O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo.

Esses valores não incluem os gastos com atividades finalísticas, como aquelas que, na área de Saúde, foram destinadas a combater os efeitos da pandemia do coronavírus. O dinheiro economizado ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos.

“Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, comenta o **secretário da Fazenda, Manoel Vitória.**



BAHIA TEM ECONOMIA REAL DE R\$ 7,8 BILHÕES EM SEIS ANOS



admin 11 Fevereiro, 2021

O governo baiano obteve nos últimos seis anos uma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com o custeio da administração como resultado da política de Qualidade do Gasto Público implantada em 2015, logo no início da primeira gestão do governador Rui Costa. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), outro índice do sucesso da metodologia é o fato de que o valor efetivamente gasto nesta área permaneceu nos mesmos patamares, chegando a registrar pequena redução no comparativo entre 2018 e 2020.

O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. Esses valores não incluem os gastos com atividades finalísticas, como aquelas que, na área de Saúde, foram destinadas a combater os efeitos da pandemia do coronavírus.

O dinheiro economizado, de acordo com o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos. “Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, lembra o secretário. Além disso, acrescenta, “o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social”.

Entre 2015 e 2020, a Bahia somou R\$ 14,8 bilhões em investimentos públicos, mantendo-se em segundo lugar no país neste quesito, atrás apenas de São Paulo e aplicando mais que o governo paulista em termos de proporção do orçamento.

Foto: Pedro Moraes/GOVBA

Veículo: Site Política Livre	
Data: 11/02/2021	Caderno: Notícias

Governo do Estado aponta economia real de R\$ 7,8 bilhões em seis anos com qualidade do gasto



Foto: Divulgação

Resultados da política de Qualidade do Gasto Público, implantada em 2015 pelo governador Rui Costa e secretário da Fazenda, Manoel Vitorino

BAHIA

O governo baiano obteve nos últimos seis anos uma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com o custeio da administração como resultado da política de Qualidade do Gasto Público implantada em 2015, logo no início da primeira gestão do governador Rui Costa. De acordo com a **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**, outro índice do sucesso da metodologia é o fato de que o valor efetivamente gasto nesta área permaneceu nos mesmos patamares, chegando a registrar pequena redução no comparativo entre 2018 e 2020.

O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. Esses valores não incluem os gastos com atividades finalísticas, como aquelas que, na área de Saúde, foram destinadas a combater os efeitos da pandemia do coronavírus.

O dinheiro economizado, de acordo com o **secretário da Fazenda, Manoel Vitório**, ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos. “Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, lembra o secretário. Além disso, acrescenta, “o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social”.

Pandemia

Entre 2015 e 2020, a Bahia somou R\$ 14,8 bilhões em investimentos públicos, mantendo-se em segundo lugar no país neste quesito, atrás apenas de São Paulo e aplicando mais que o governo paulista em termos de proporção do orçamento. Um bom exemplo está na área de Saúde, na qual foram investidos R\$ 1,7 bilhão entre 2015 e 2020, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a bem sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020.

Desde 2015 foram construídos nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que entra em operação em breve.

Despesa estagnada

A economia obtida, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta. Com a política adotada a partir de 2015, pelo contrário, a despesa praticamente estagnou nos em termos nominais: o valor efetivamente gasto foi de R\$ 6,7 bilhões em 2017, chegou a R\$ 6,9 bilhões em 2018 e encerrou 2020 no mesmo patamar, inclusive com pequena redução. “Esta trajetória demonstra o efeito prático do trabalho de contenção de gastos em todo o Estado”, afirma Vitório.

A política de Qualidade do Gasto Público integra a reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa, que promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas. O secretário observa ainda que o próprio equilíbrio fiscal mantido pelo Estado ao longo de todo o período recente de sucessivas crises e dificuldades na economia brasileira tem entre seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente a sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

Monitoramento

A Coordenação de Qualidade do Gasto Público atua estrategicamente, acompanhando as despesas das unidades do Estado, com base no orçamento de cada órgão e secretaria. Entre

as medidas de controle previstas no decreto 15.924/2015, que instituiu a nova metodologia de trabalho, está a avaliação, pela Coordenação, de todos os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

“O mesmo decreto, ao tratar da execução orçamentária pelos órgãos, fundos e entidades integrantes da administração estadual, disciplinou a realização de uma série de despesas, incluindo viagens, assinatura de periódicos e contratação de consultorias”, explica a diretora de Qualidade do Gasto Público, Manuela Martinez. Os itens monitorados incluem gastos com terceirizados, serviços médicos, fornecimento de alimentação, equipamentos de informática, manutenção da frota de veículos, água, energia, material de consumo, serviços de reprografia, correios e telégrafos, manutenção de imóveis e serviços de comunicação e telecomunicação.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 11/02/2021	



Bahia tem economia real de R\$ 7,8 bilhões em seis anos com qualidade do gasto

11 fevereiro 2021



Foto: Fernando Vivas/GOVBA

O governo baiano obteve nos últimos seis anos uma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com o custeio da administração como resultado da política de Qualidade do Gasto Público implantada em 2015, logo no início da primeira gestão do governador Rui Costa. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), outro índice do sucesso da metodologia é o fato de que o valor efetivamente gasto nesta área permaneceu nos mesmos patamares, chegando a registrar pequena redução no comparativo entre 2018 e 2020.

O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de água, energia e material de consumo. Esses valores não incluem os gastos com atividades finalísticas, como aquelas que, na área de Saúde, foram destinadas a combater os efeitos da pandemia do coronavírus.

O dinheiro economizado, de acordo com o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos. “Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, lembra o secretário. Além disso, acrescenta, “o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social”.

Pandemia

Entre 2015 e 2020, a Bahia somou R\$ 14,8 bilhões em investimentos públicos, mantendo-se em segundo lugar no país neste quesito, atrás apenas de São Paulo e aplicando mais que o governo paulista em termos de proporção do orçamento. Um bom exemplo está na área de Saúde, na qual foram investidos R\$ 1,7 bilhão entre 2015 e 2020, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a bem sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020.

Desde 2015 foram construídos nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacau, em Ilhéus, o Hospital

da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que entra em operação em breve.

Despesa estagnada

A economia obtida, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta. Com a política adotada a partir de 2015, pelo contrário, a despesa praticamente estagnou nos em termos nominais: o valor efetivamente gasto foi de R\$ 6,7 bilhões em 2017, chegou a R\$ 6,9 bilhões em 2018 e encerrou 2020 no mesmo patamar, inclusive com pequena redução. “Esta trajetória demonstra o efeito prático do trabalho de contenção de gastos em todo o Estado”, afirma Vitório.

A política de Qualidade do Gasto Público integra a reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa, que promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das receitas. O secretário observa ainda que o próprio equilíbrio fiscal mantido pelo Estado ao longo de todo o período recente de sucessivas crises e dificuldades na economia brasileira tem entre seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente a sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

Monitoramento

A Coordenação de Qualidade do Gasto Público atua estrategicamente, acompanhando as despesas das unidades do Estado, com base no orçamento de cada órgão e secretaria. Entre as medidas de controle previstas no decreto 15.924/2015, que instituiu a nova metodologia de trabalho, está a avaliação, pela Coordenação, de todos os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

“O mesmo decreto, ao tratar da execução orçamentária pelos órgãos, fundos e entidades integrantes da administração estadual, disciplinou a realização de uma série de despesas, incluindo viagens, assinatura de periódicos e contratação de consultorias”, explica a diretora de Qualidade do Gasto Público, Manuela Martinez. Os itens monitorados incluem gastos com terceirizados, serviços médicos, fornecimento de alimentação, equipamentos de informática, manutenção da frota de veículos, água, energia, material de consumo, serviços de reprografia, correios e telégrafos, manutenção de imóveis e serviços de comunicação e telecomunicação.

ECONOMIA

Publicado em 11/02/2021 às 08h54.

Bahia tem economia real de R\$ 7,8 bilhões em seis anos com qualidade do gasto

Cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio

Redação



Foto: Paula Fróes/ GOVBA

O governo baiano obteve nos últimos seis anos uma economia real de R\$ 7,8 bilhões nas despesas com o custeio da administração como resultado da política de Qualidade do Gasto Público implantada em 2015, logo no início da primeira gestão do governador Rui Costa (PT).

De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), outro índice do sucesso da metodologia é o fato de que o valor efetivamente gasto nesta área permaneceu nos mesmos patamares, chegando a registrar pequena redução no comparativo entre 2018 e 2020.

O cálculo leva em conta a inflação do período e concentra-se nas despesas de custeio, ou seja, aquelas relacionadas aos gastos com a manutenção da administração estadual, a exemplo de



O dinheiro economizado, de acordo com o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ajudou a preservar o equilíbrio das contas e a ampliar os investimentos. “Ao liberar recursos de custeio para investimento público, a qualidade do gasto é diretriz estratégica para a melhoria efetiva nos indicadores de áreas como saúde, educação, segurança e emprego e renda, metas prioritárias do governo baiano”, lembra o secretário. Além disso, acrescenta, “o Estado segue dispondo de recursos para o pleno funcionamento dos serviços públicos e a garantia da paz social”.

Pandemia – Entre 2015 e 2020, a Bahia somou R\$ 14,8 bilhões em investimentos públicos, mantendo-se em segundo lugar no país neste quesito, atrás apenas de São Paulo e aplicando mais que o governo paulista em termos de proporção do orçamento. Um bom exemplo está na área de Saúde, na qual foram investidos R\$ 1,7 bilhão entre 2015 e 2020, criando uma infraestrutura que mostrou-se fundamental para a bem sucedida estratégia de enfrentamento aos efeitos da pandemia do novo coronavírus a partir de março de 2020.

Desde 2015 foram construídos nove hospitais, 16 policlínicas regionais, além de 19 Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e Unidades Básicas de Saúde. Os novos equipamentos incluem o HGE 2, o Hospital da Mulher e o Instituto Couto Maia, em Salvador, o Hospital Regional Costa do Cacaú, em Ilhéus, o Hospital da Chapada, em Seabra, a Maternidade do Hospital da Criança, em Feira de Santana, e o Hospital Metropolitano, que entra em operação em breve.

Despesa estagnada – A economia obtida, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, significou uma reversão importante, já que o padrão histórico de evolução das despesas de custeio pelo Estado nas últimas décadas vinha sendo o de crescimento equivalente à inflação ou acima desta.

Com a política adotada a partir de 2015, pelo contrário, a despesa praticamente estagnou nos em termos nominais: o valor efetivamente gasto foi de R\$ 6,7 bilhões em 2017, chegou a R\$ 6,9 bilhões em 2018 e encerrou 2020 no mesmo patamar, inclusive com pequena redução. “Esta trajetória demonstra o efeito prático do trabalho de contenção de gastos em todo o Estado”, afirma Vitório.

A política de Qualidade do Gasto Público integra a reforma administrativa implantada na primeira gestão do governador Rui Costa, que promoveu a extinção de dois mil cargos e empregos públicos, a redução do número de secretarias estaduais, de 27 para 24, e a implantação de uma equipe na Secretaria da Fazenda voltada para o monitoramento permanente das despesas com o custeio da máquina e a promoção da qualidade do gasto público.

O trabalho da Coordenação de Qualidade do Gasto Público, lembra Vitório, engloba uma série de ações administrativas destinadas a criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema estadual, voltada para a melhoria da gestão das despesas e a melhor aplicação das



seus pilares a política de qualidade do gasto, ao lado de um processo de modernização do fisco estadual, combate à sonegação e melhoria da arrecadação própria, que fez a Bahia ampliar progressivamente a sua participação no ICMS nacional nos últimos anos.

Monitoramento – A Coordenação de Qualidade do Gasto Público atua estrategicamente, acompanhando as despesas das unidades do Estado, com base no orçamento de cada órgão e secretaria. Entre as medidas de controle previstas no decreto 15.924/2015, que instituiu a nova metodologia de trabalho, está a avaliação, pela Coordenação, de todos os processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

“O mesmo decreto, ao tratar da execução orçamentária pelos órgãos, fundos e entidades integrantes da administração estadual, disciplinou a realização de uma série de despesas, incluindo viagens, assinatura de periódicos e contratação de consultorias”, explica a diretora de Qualidade do Gasto Público, Manuela Martinez. Os itens monitorados incluem gastos com terceirizados, serviços médicos, fornecimento de alimentação, equipamentos de informática, manutenção da frota de veículos, água, energia, material de consumo, serviços de reprografia, correios e telégrafos, manutenção de imóveis e serviços de comunicação e telecomunicação.



MAIS NOTÍCIAS

ECONOMIA 10h13 de 11/02/2021

Safra de grãos deve ser recorde em 2021, diz IBGE

Brasil deve produzir 262,2 milhões de toneladas de grãos

ECONOMIA 08h17 de 11/02/2021

Bancos não terão expediente na segunda e na terça-feira de Carnaval

Expediente será retomado na Quarta-Feira de Cinzas, às 12h

ECONOMIA 06h11 de 11/02/2021

Câmara aprova novo Marco Legal do Mercado de Câmbio

O texto, de autoria do Poder Executivo, segue para análise do Senado

Veículo: A TARDE FM	
Data: 10/02/2021	Programa: ISSO É BAHIA
Assunto: Sefaz-Ba não consegue prever impacto de projeto de Bolsonaro para mudanças no ICMS.	

Data: 10/02/2021

Hora: 08:19:52

Emissora: A TARDE FM

Programa: ISSO É BAHIA

Apresentador (a): JEFFERSON BELTRÃO/FERNANDO DUARTE

Citação Direta: Sim

Impacto: NEUTRO

Sinopse: **Sefaz-Ba** não consegue prever impacto de projeto de Bolsonaro para mudanças no ICMS.

Veículo: A Rainha FM - Senhor do Bonfim	
Data: 09/02/2021	Programa: NOTÍCIAS
Assunto: Desconto de 10% no IPVA vale até amanhã.	

Data: 09/02/2021

Hora: 16:59:30

Emissora: A Rainha FM - Senhor do Bonfim

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Desconto de 10% no **IPVA** vale até amanhã.

Veículo: A Rainha FM - Senhor do Bonfim	
Data: 11/02/2021	Programa: NOTÍCIAS
Assunto: Novo portal da PPP Bahia já está no ar.	

Data: 11/02/2021

Hora: 06:29:07

Emissora: A Rainha FM - Senhor do Bonfim

Programa: NOTÍCIAS

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Novo portal da **PPP Bahia** já está no ar.

Editorial - Enigma do combustível



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: redação

O brasileiro enfrenta, somente neste ano, o terceiro aumento nos preços dos combustíveis praticados pela Petrobras. Nem bem chegou-se à metade do segundo mês do ano e os sucessivos reajustes produzem repercussão imediata no mercado, acompanhando a desconfiança sobre a qualidade do produto pouco fiscalizado.

No acumulado do ano o reajuste da gasolina chegou a 22%, figurando entre os atuais enigmas dos tempos atuais, difíceis de decifrar. Afinal, como defender a autonomia das empresas, ao tabelarem seus preços, sem considerar o forte impacto sobre o cidadão?

Não é fácil encontrar o equilíbrio entre interesses tão distintos, que incluem toda a cadeia de distribuição e revenda em busca de lucro, e os donos de veículos, conscientes do exagero. Ao Estado, restaria conceder, permitindo-se a revisão da tributação, mas alegam os gestores terem de reduzir investimentos em áreas prioritárias, pois o erário seria inevitavelmente atingido.

Para quem conhece a história da Petrobras, desde a campanha 'O petróleo é nosso', é de estranhar a adesão da empresa a uma lógica baseada na **arrecadação** de recursos a ser distribuídos aos acionistas. Na hierarquia de valores da cobiçada empresa, os reflexos de suas decisões relacionadas à segurança financeira da cidadania passaram a patamar inferior, dificultando encontrar a chave de um negócio bom para todos.

Acosado pelos caminhoneiros, impacientes com a elevação do preço do diesel, o presidente Jair Bolsonaro transferiu a solução para os estados, com a proposta de redução do ICMS a fim de controlar os preços nas bombas. Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu zerar o PIS/Cofins incidente no preço, embora tenha alertado o corte de R\$ 575 milhões de **arrecadação** a cada centavo a menos, ameaçando setores como saúde e educação.

Responder a esta medusa, sem fitar-lhe os olhos, é como um décimo-terceiro trabalho de Hércules, pois seria feito heroico conciliar perspectivas dos donos de postos, consumidores, frentistas, Estado e sociedade em idênticas proporções de ganhos e perdas.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Artigo Waldeck Ornélas

FCA, uma concessão nefasta

Concedida desde 1996, a malha Leste da antiga Rede Ferroviária Federal, sob administração da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), encontra-se neste momento em fase de renovação antecipada da concessão. Se a avaliação pelo nada que aqui foi feito ao longo de duas décadas e meia já deveria pôr a Bahia em posição de alerta, mais grave é a explícita falta de investimentos comprometidos para os próximos trinta anos! A economia baiana, já descendo a ladeira, não suportará o impacto negativo da ausência de modernização do seu sistema ferroviário.

No momento em que a Bahia vive a expectativa da concessão da Fiol - Ferrovia de Integração Oeste-Leste, a renovação antecipada da concessão da FCA apresenta características extremamente negativas para o nosso estado. O chamado Corredor Minas-Bahia envolve uma malha que se estende de Sete Lagoas (MG), até a Região Metropolitana de Salvador, servindo aos portos de Salvador e Aratu, ao CIA e ao Polo Industrial de Camaçari, sendo a nossa ligação com o Centro-Sul do país; segue até Alagoinhas, onde bifurca para o polo de agricultura irrigada de Juazeiro (BA)/Petrolina(PE), no Submédio São Francisco - que não será servido pela Transnordestina - e para Propriá (SE), com 1.896km de extensão. Estão sendo devolvidos os trechos Senhor do Bonfim - Juazeiro(BA)/Petrolina(PE), com 159km, e Esplanada - Propriá (SE), com 344km.

O segmento que a FCA pretende ficar tem contratos de transporte, mas as melhorias nos próximos trinta anos viriam apenas de investimentos custeados pelos usuários... Ora, é evidente que não havendo prestação de serviço adequada, não haverá atração de novas cargas e a ferrovia estará fadada a morrer. A travessia do Paraguaçu, o ramal do Polo Industrial ao Por-

O fato de que a Bahia esteja conquistando a Fiol não significa que deva ser (des)compensada com o abandono de sua malha ferroviária tradicional

to de Aratu e o contorno de Camaçari são trechos que requerem atenção imediata; a interligação com a Fiol exigirá tratamento específico.

O fato de que a Bahia esteja conquistando a Fiol - que responde a novos vetores econômicos - não significa que deva ser (des)compensada com o abandono de sua malha ferro-

viária tradicional. É certo que se trata de uma malha antiga, em bitola métrica, mas que nem por isto deve ser condenada à erradicação, como ocorreu no passado com inúmeros trechos ferroviários no país, que hoje fazem falta.

Se a malha baiana não tem importância para a FCA, a ponto de para ela não programar quaisquer investimentos, interessa - e muito - à Bahia e deverá certamente interessar a outros grupos empresariais. A Usupport - Associação de Usuários dos Portos da Bahia, fez uma proposta simples, direta e radical: se não é atrativa para a VLI Multimodal (controladora da FCA) que seja excluída da renovação antecipada, o que abre espaço para uma

nova licitação no prazo de cinco anos.

De fato, não há por que manter na concessão toda essa extensa malha ferroviária que está sendo esterilizada, comprometendo o futuro da Bahia. Estranho é que, desdenhando da malha que a um quarto de século lhe está concedida, a VLI Multimodal é citada como uma das possíveis interessadas na concessão da Fiol. Preferível que não concorra, por falta de credibilidade no Estado!

A manifestação empresarial já se faz ouvir. É preciso que o governador do estado, os três senadores e a bancada na Câmara Federal - governo e oposição - façam uma marcha até o Ministério da Infraestrutura para dizer clara e explicitamente que esta solução prejudica profundamente a Bahia e, por isto, precisa ser modificada. Nessas horas, em defesa da Bahia, não cabe ter vergonha de limitar o velho ACM!

O prazo é curto (o encerramento do período de consulta se dá em 19/2), mas ainda dá tempo para salvar a Bahia.

WALDECK ORNÉLAS É ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO URBANO-REGIONAL, AUTOR DE CIDADES E MUNICÍPIOS: GESTÃO E PLANEJAMENTO.

OPINIÕES E CONCEITOS EXPRESSOS NOS ARTIGOS SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DOS AUTORES

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

Falar da crise global do clima é pensar que Salvador precisa, com urgência, estar preparada para reduzir impactos que vão atingir, sobretudo, os mais vulneráveis
André Fraga

Vereador do PV e ex-secretário de Sustentabilidade, após a Câmara Municipal criar a Comissão Especial de Emergência Climática e Inovação, do qual foi eleito presidente. Segundo Fraga, o foco do grupo e retirar do papel planos como o de Arborização Urbana e de Adaptação às Mudanças Climáticas

Cavalaria montada

O Ministério Público Federal (MPF) está prestes a concluir os preparativos para mais uma fase da Operação Faroeste, prevista para ser deflagrada ainda este mês. De acordo com integrantes da equipe destacada para tocar as investigações sobre a venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), a Procuradoria-Geral da República (PGR) já remeteu os pedidos relativos à nova etapa do cerco ao relator do caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Og Fernandes. Ao mesmo tempo, recebeu sinal verde para acelerar os procedimentos necessários ao cumprimento de buscas e apreensões em diversos endereços no estado e eventuais mandados de prisão.

CONTA DE SOMAR

Parte dos próximos alvos ainda não é formalmente investigada pela Faroeste, embora esteja entre os nomes citados por delatores e testemunhas ouvidas pelo MPF. A lista, confirmou a Satélite, inclui até quatro desembargadores, que devem ser afastados do cargo pelo STJ por suspeita de envolvimento no esquema.

Fio de novelo

A delação premiada da desembargadora presaltona Márcia Reis é apontada por investigadores do esquema como provável origem da futura etapa da Faroeste. Conforme noticiado na edição de ontem, o acordo entre a magistrada e o MPF foi oficializado recentemente, após lisona fornecer uma série de detalhes que sabe sobre a participação de membros do TJ, empresários, operadores e advogados na rede de propina e comércio de decisões judiciais.

Caso ou acaso

Coincidência ou efeito direto da próxima etapa da Faroeste, o STJ cancelou as audiências em que seriam ouvidas testemunhas arroladas por outro delator, o advogado Júlio César Cavalcanti, previstas para ontem e anteontem. O cancelamento ocorreu após Cavalcanti solicitar a desistência de todas as testemunhas apresentadas por ele.

Aperto na porta

Um grupo de 21 deputados estaduais, a maioria do PT, pressiona o presidente da Assembleia, Adolfo Menezes (PSD), pela volta das atividades presenciais na Casa. Até agora, Menezes resiste.

Briga de direita

A deputada federal Dayane Pimentel (PSL) foi intimada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, a prestar esclarecimentos, em até 15 dias, sobre a queixa-crime de calúnia apresentada pela advogada Rebeca Martins, fundadora do movimento Direita Independente da Bahia, grupo da tropa de choque bolsonarista nas redes sociais. Rebeca, que se tornou inimiga de Dayane após a deputada romper politicamente com o presidente Jair Bolsonaro, acusa a parlamentar de difamá-la em um vídeo postado na internet.

Dia D

O governador Rui Costa (PT) e o prefeito Bruno Reis (DEM) marcaram para o fim da tarde de hoje a reunião para discutir a volta às aulas em Salvador. O encontro é considerado decisivo para o processo de reabertura das escolas.

BAHIA

ARISSON MARNHO



Funcionários da montadora durante um protesto no Centro Administrativo da Bahia (CAB); empresa diz que contratos permanecem ativos e que negocia com os sindicatos

de salários ou as licenças remuneradas.

Na fábrica de Camaçari, que produzia os modelos Ka e EcoSport, a multa em caso de descumprimento da liminar é de R\$ 1 milhão, acrescida de R\$ 50 mil por trabalhador atingido. Já em Taubaté, onde a Ford produzia motores e transmissões, a liminar prevê multa de R\$ 100 mil por funcionário atingido, além de obrigar a empresa a entregar em até 15 dias ao sindicato dos metalúrgicos todas as informações necessárias às negociações. Em até 30 dias, um cronograma de negociação conjunta também deve ser apresentado pela montadora.

Ontem, em sua primeira manifestação desde o comunicado, de 11 de janeiro, sobre o fechamento de todas as fábricas no Brasil, a Ford disse estar "engajada ativamente" no processo de negociação com os sindicatos relacionados à decisão, realizando reuniões regulares no último mês. Desde o dia do anúncio, todos os empregados, acrescenta a montadora, estão com contratos de trabalho ativos, sem alterações no pagamento de salários e benefícios. No interior paulista, a montadora seguirá produzindo por mais alguns meses peças para estoques de pós-venda.

Ford recorre de decisão judicial que proíbe demissões

EM CAMAÇARI E TAUBATÉ A Ford apresentou recurso contra as liminares da Justiça do Trabalho que impedem a montadora de demitir sem acordo coletivo os funcionários das fábricas de Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador, e Taubaté (SP), ambas fechadas no mês passado, quando a montadora anunciou que não produziria mais no Brasil. Em nota, a empresa diz que entrou com os recursos nos Tribunais Regionais do Trabalho competentes.

Na sexta-feira, a Justiça do Trabalho proibiu a Ford de demitir funcionários das duas fábricas antes de concluir as negociações das indenizações trabalhistas com os sindicatos. A montadora também está proibida de suspender o pagamento

Na fábrica de Camaçari, na RMS, a multa em caso de descumprimento da liminar é de 1 milhão de reais

ESTADOS E MUNICÍPIOS FECHAM ANO AZUL

DINHEIRO EM CAIXA Dados do Tesouro Nacional e do Banco Central mostram que, apesar da crise do coronavírus, estados e municípios fecharam 2020 com quase o dobro de dinheiro em caixa em relação ao ano anterior. Segundo as duas instituições, o saldo de estados e municípios passou de R\$ 42,7 bilhões em 2019 para R\$ 82,8 bilhões, no fim do ano passado, uma alta de 94%. Trata-se da maior disponibilidade de caixa para prefeitos e governadores em ao menos 19 anos.

CNI: CONFIANÇA VOLTA A CAIR EM FEVEREIRO

59,5 PONTOS O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) caiu pelo segundo mês consecutivo e registrou 59,5 pontos - de 100 - em fevereiro. O indicador, que mostra a avaliação dos empresários sobre as condições de seus negócios, foi divulgado ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e acumula queda de 3,6 pontos entre janeiro e fevereiro deste ano. Ainda assim, está acima dos 50 pontos, mostrando que o empresários estão confiantes.

ECONOMIA

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A autonomia do Banco Central é um projeto esperado há muito tempo, mas ontem parecia que a Câmara dos Deputados havia entrado numa realidade paralela. O Brasil está sem orçamento, no meio de um recrudescimento da pandemia, milhões de brasileiros não sabem que dinheiro terão no fim do mês, mas para a equipe econômica e o novo comando da Câmara o fundamental é a autonomia do Banco Central. Mesmo para quem sempre defendeu esse formato institucional para a autoridade monetária, parecia delirante.

O debate não fez sentido também. Os governistas diziam que a autonomia vai garantir a queda dos juros. As taxas nunca estiveram tão baixas na história e devem começar a subir em mais duas reuniões porque a inflação teve uma alta maior do que o BC esperava.

O texto aprovado é ruim e o relator Sílvio Costa Filho (Republicanos-PE) não entendeu ainda qual é o papel do Banco Central. Mas para o Ministério da Economia o importante é dar a impressão de que o en-

Projeto certo na hora incerta

calacrado projeto de reformas está andando. Não está. No Senado, o projeto recebeu um acréscimo que cria uma dissonância. "O BC buscará o pleno emprego", diz o texto. E o relator acrescentou em seu relatório. "Esta é, sem dúvida, mais uma grande conquista para as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros, que se verão protegidos por um órgão governamental". Suas únicas missões têm que ser garantir a estabilidade da moeda e o equilíbrio do sistema financeiro, que ele fiscaliza. Desta forma, indiretamente ajudará os trabalhadores. Não pode fazer uma política de fomento de emprego porque não é seu papel e conflita com sua missão. Essa verdade aparecerá agora neste semestre: os juros subirão no meio da elevação da taxa de desemprego.

O assunto entrou para o primeiro da pauta da gestão Arthur Lira porque era mais fácil do que discutir

qualquer projeto que implique em corte de gastos. A PEC emergencial, por exemplo, propõe congelar salário mínimo, a correção das aposentadorias, e os salários dos servidores em caso de crise fiscal como a que vivemos. Se fosse aprovada agora, só poderia valer para os reajustes do ano que vem, ano eleitoral. A autonomia do BC pode ser comemorada pelo mercado que, com muita liquidez, demanda otimismo.

O PT lutava ontem contra o projeto com os clichês de sempre. O BC ficaria entregue aos banqueiros, capturado pelo mercado financeiro. O projeto seria um fanatismo liberal. Quando o ex-presidente Lula assumiu a Presidência ele nomeou um ex-presidente de banco estrangeiro para assumir o BC. Henrique Meirelles havia sido presidente do Banco de Boston, fora eleito deputado pelo PSDB e

foi para a direção do Banco Central. Seu primeiro movimento foi subir a taxa de juros, que já estava em 25%, para 26,5%. Ele demoliu as desconfianças em relação a atuação do BC e em junho começou a derrubar as taxas. Durante os oito anos que ficou no cargo foi pressionado pela bancada do PT na Câmara. Lula o manteve no posto. Ele comandou a travessia da crise de 2008 e o país retomou o crescimento em 2010.

No governo Dilma, o BC derrubou os juros de 11,25% para 7,25%, quando a inflação já estava começando a subir. Deu rebote. A Selic teve que ser elevada para 14,25%. Ilan Goldfajn, no governo Temer, iniciou a redução, após a derrubada da inflação que havia chegado a dois dígitos. E a entregou em 6,5%. O atual presidente Roberto Campos Neto levou a taxa aos níveis atuais.

A conclusão dessa história é que o BC tem tido autonomia de fato, em alguns governos, e nesses momentos ajudou o país a atravessar crises e pavimentar o crescimento. Mas o fez quando cumpriu bem o seu papel de defender a moeda. O primeiro projeto de independência do Banco Central foi de autoria do então senador Itamar Franco, em 1989. Nos 27 meses em que governou o Brasil teve três presidentes do BC. Com dois ele brigou, Gustavo Loyola e Paulo Cesar Ximenes.

Donald Trump nomeou Jerome Powell, mas mesmo assim entrou em conflito com ele. Powell continuou seu trabalho porque o Fed é independente. Na Argentina, o BC era independente, mas em 2010 a presidente Cristina Kirchner conseguiu demitir Martín Redrado. Jair Bolsonaro tenta dominar todas as instituições e fez isso até com a Procuradoria-Geral da República. Esse projeto conterà seus impetus. Tem, portanto, valor, mas não era nem de longe a prioridade do momento.



Agentes da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária Federal durante a deflagração da operação Cartel Forte

Cartel de placas é alvo de operação

Crime MP, Polícia Civil e PRF prendem duas pessoas, após cumprirem 13 mandados

Daniel Aloisio*

REPORTAGEM
daniel.santos@reddebahia.com.br

"Hoje a gente não tem como dizer que vai ter como bater placa. Talvez só na sexta. Os caras tão todos com problemas", disse um despachante de veículo ontem, ao ser procurado pela reportagem, que fingia estar interessada no serviço de emplacamento. Ele se referia à operação Cartel Forte, deflagrada pelo Ministério Público da Bahia (MP-BA), em conjunto com as polícias Civil e Rodoviária Federal, para desarticular um cartel envolvendo empresas credenciadas pelo Detran para venda de placas de veículos em Salvador.

Ao final da operação, segundo balanço disponibilizado pelo MP-BA, duas pessoas foram presas preventivamente. Além disso, foram apreendidos R\$ 593 mil em espécie e cheques, 10 celulares, cinco notebooks, dois iPads, uma CPU e diversos documentos. Na operação, foram cumpridos 13 mandados de busca e apreensão na sede da Associação Balana de Estampadores de Placas Veiculares, situada no Shopping da Bahia, e em outras quatro empresas em Salvador e Lauro de Freitas.

Também foram cumpridos mandados de busca e apreensão nas residências das duas pessoas presas e de outras pessoas físicas envolvidas no esquema criminoso.

Apesar do Detran informar que existem 29 empresas cadastradas para ofertar o serviço na cidade - em toda a Bahia são 273 -, a operação mostra que empresários do ramo teriam se unido para formar um cartel, usando várias empresas em nomes de laranjas e familiares. O esquema funcionava há mais de 30 anos.

As empresas e pessoas alvos da operação não tiveram os nomes revelados. Segundo informações do MP, há indícios de que membros dessa organização criminosa teriam o costume de cobrar uma quantia considerável a empresários interessados em credenciar suas empresas no ramo de estampamento, além de alterar no sistema a escolha da empresa feita pelo consumidor no momento da compra, a fim de direcioná-lo para as participantes do conluio.

Se tem alguém que conhece bem os efeitos desse cartel, é o despachante de veículo, o profissional contratado para lidar com os trâmites burocráticos e emplacamento do carro. Ele precisa dessas empresas investigadas para fornecer a placa do carro. "A

gente paga neles, pois não tem outro lugar para ir. São só eles, aqueles lugares específicos. É um cartel mesmo", lamenta.

Serviço

Ainda para o despachante que conversou com o CORREIO, poucas empresas conseguem ficar fora desse cartel. "Há um local central que distribui o material e você não tem pra onde correr, ficamos reféns disso. Todo mundo acaba pagando de apenas um local só, tanto eu que sou despachante como o cliente. De modo geral, tá todo mundo dentro desse sistema. Claro que sempre tem alguém que trabalha com clareza e reputação, mas até separar o joio do trigo fica complicado. O que garante é que muita gente está dentro dessa situação, pois a situação nos obrigou a entrar. Ou é isso ou a pessoa não consegue trabalhar", afirmou.

Devido aos problemas judiciais que seus fornecedores estão enfrentando, esse despachante começou a anunciar aos clientes uma possível demora na entrega das placas. "Temos que ver agora quem vai continuar habilitado, quem é que poderá trabalhar. Eu acredito que daqui para frente vão ter fabricantes legais. Nesse momento a gente não tem", confessou.

NÚMEROS DA OPERAÇÃO

2

Pessoas presas de forma preventiva

13

Mandados de busca e apreensão cumpridos em cinco empresas em Salvador e Lauro de Freitas

593 MIL

Reais apreendidos em dinheiro e em cheques

10

Celulares, além de notebooks, iPads, CPU e documentos apreendidos

30

Anos, ao menos, é o tempo que o esquema funcionava

O CORREIO também tentou entrar em contato com algumas das empresas de estampamento de placas que atuam em Salvador e Região Metropolitana (RMS), mas só conseguiu contato com duas organizações, a Salvador Placas e a Replak Placas, ambas localizadas em Pernambuco. As atendentes não quiseram comentar a operação, mas disseram que lá as vendas estavam normais.

As empresas não possuem preços iguais entre si e só fazem o serviço após o cliente conseguir a autorização no Detran. Para carro, a Salvador Placas cobra o serviço de estampamento por R\$ 205,05, enquanto na Replak sai por R\$ 170, independente do modelo. "Você tem que mandar a foto da autorização primeiro para a gente fechar a compra", reforçou uma das atendentes.

INVESTIGAÇÃO

O prejuízo provocado pelo arranjo criminoso é inestimável, segundo o MP-BA, já que aniquila a concorrência nesse tipo de serviço e o preço para o estampamento de placas acaba sendo tabelado pelo grupo. A investigação apura a ocorrência dos crimes de formação de cartel, lavagem de dinheiro, associação criminosa, falsidade ideológica, fraude em licitações e alteração de dados indevidamente no sistema de informações.

O especialista em direito empresarial João Paulo Vieira Deschk, num artigo publicado em 2016 na Revista Brasileira de Direito Empresarial, explica que o cartel é considerado a mais grave lesão a concorrência, dentre as condutas anticompetitivas.

"Cartel é um acordo entre concorrentes, cujo objetivo é eliminar a concorrência, podendo ser através de fixação de preços, cotas de produção, divisão de mercados, entre outros. O cartel traz enormes prejuízos para a sociedade, aumentando o preço dos produtos e afetando sua disponibilidade no mercado, prejudicando os consumidores, o desenvolvimento da economia e a inovação tecnológica, afetando de maneira considerável o bem-estar social", explica.

Em nota, o Detran afirma que apoia o trabalho do MP e que está colaborando na apuração do caso, para que os culpados sejam punidos. "As empresas privadas credenciadas ao Detran-BA precisam cumprir uma série de requisitos legais, sob pena da cassação do vínculo com o órgão", diz a nota.

*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO



Segmento de calçados, vestuário e tecidos acumulou uma queda nas vendas de 28,8% no ano passado, segundo pesquisa do IBGE

Varejo baiano tem o pior resultado em 4 anos

Pesquisa Vendas no setor recuaram 4,3% no ano passado, informa o IBGE

Marcela Villar*

REPORTAGEM
marcela.villar@redesbahia.com.br

O ano de 2020 acabou, mas deixou amargas consequências no comércio varejista da Bahia. As vendas no setor recuaram 4,3% - a maior queda anual desde 2016, segundo dados divulgados, ontem pelo IBGE. Esse percentual foi o terceiro pior do Brasil, atrás apenas do Ceará e Distrito Federal, que tiveram recuo de 5,8% e 4,9%, respectivamente. A realidade da Bahia foi na contramão da do Brasil, onde as vendas cresceram 1,2%.

No mês de dezembro em relação a novembro de 2020, a baixa no comércio baiano também foi de 4,3%. Ao comparar esta taxa à igual mês de 2019, a retração no varejo foi ainda pior: de 6,6%. De acordo com o IBGE, seis dos oito segmentos analisados tiveram queda em 2020. O que mais sofreu em 2020 foi o de livros, jornais, revistas e papelaria, que caiu 41,6%. Em segundo lugar, a categoria que mais apresentou retração nas vendas foi a de vestuário, tecidos e calçados: a queda chegou a 28,8% no ano passado - o pior desde 2001.

As baixas foram mais expressivas entre os me-

ses de março a setembro, em função do fechamento do comércio como medida de combate à pandemia do novo coronavírus. Para o consultor econômico da Fecomércio-BA, Guilherme Dietze, os resultados são piores do que os esperados. Ele atribui a queda ao fim do auxílio emergencial. "A gente esperava que o segundo semestre rendesse mais, mas, o auxílio emergencial foi crucial para, pelo menos, não ser um desastre total nas vendas do comércio. Ele deu um gás forte nos meses de agosto e outubro, e, em novembro e em dezembro, essa tendência para baixo mostra claramente o impacto do fim do auxílio", analisa o economista.

Ele afirma que, por não ter os R\$ 600 garantidos em 2021, houve a retração no consumo no mercado. "Em dezembro, as pessoas ficaram receosas com as notícias sobre a segunda onda, houve o fim do auxílio, havia um medo de perder o emprego no ano seguinte, tinham as contas do início do ano para pagar e o crédito não estava tão facilitado assim. Isso tudo leva a uma restrição maior de consumo. As pessoas guardaram dinheiro como se fosse uma poupança", observa.

QUEDA

A gerente da loja Hering do Shopping Barra, Dionei Silva, de 37 anos, diz que perdeu pelo menos 50% no volume de vendas em 2020, em relação à 2019. "Realmente, teve uma queda absurda e ainda continua, porque a gente está dependendo de um bom resultado da vacina para melhorar as vendas. Agora que o shopping está abrindo mais cedo, possa ser que tenha um fluxo melhor de cliente, mas 2020 foi um ano que tem que ser esquecido", disse Dionei. Não chegaram a ter demissões na loja, mas suspensões dos contratos de tra-

balho durante os primeiros meses da pandemia. Em outubro, toda a equipe, de sete pessoas, já estava recontratada.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes de Salvador, Renato Ezequiel, diz que os números foram esperados. "O ano de 2020 foi muito agressivo devido à pandemia, com o comércio fechado e com as pessoas se mantendo em casa", comenta Ezequiel. No entanto, ele discorda que os números tenham sido tão ruins, porque, segundo ele, na mesma proporção que houve queda nas vendas presenciais, houve aumento nas vendas pela internet.

"Muita gente comprou pela internet e o e-commerce bombou, vendeu muito. As pessoas não foram na loja comprar, mas compraram online. Além disso, tivemos meses que quase 50 milhões de pessoas não tinha um centavo no bolso e receberam os 600 reais e isso foi investido na economia. Então não justifica esses dados, porque tem que observar esses detalhes, porque a queda das vendas presenciais compensou pela internet".

Foi justamente ao usar a internet como aliada que a empresária Milena Ricarte, 44 anos, conseguiu alavancar as vendas em sua loja de moda feminina, a Ricarte, no Shopping Bela Vista. A aposta foi investir nas redes sociais para trazer os clientes para a loja. "Eu precisava vender mesmo com a loja fechada. Então eu adotei uma estratégia de dar desconto em muitas mercadorias e comecei a vestir as roupas da loja, com uma dinâmica diferente, colocando música, dançando, e meu cliente começou a ter simpatia com minha apresentação. Foi minha virada de chave, eu sofri o efeito inverso", conta Milena.

*SOB ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO

Pandemia de covid reduz venda de alimentos

O segmento que mais puxou para baixo a queda do comércio baiano no ano passado foi o de supermercados e hipermercados. A queda anual das vendas foi de 3,5%, salientada pelas baixas mais expressivas, em novembro (-16,3%) e dezembro (-14,7%).

De acordo com Elisandra Brito, técnica da Superintendência De Estudos Econômicos E Sociais (SEI), esse é o segmento de maior representatividade para o varejo. "O segmento é o mais representativo para o comércio e os dados mostram que, embora a gente tenha tido um incentivo da demanda no início da pandemia, quando as pessoas correram para os mercados para fazer estoque, por conta da elevação de preços, as pessoas estão comprando de forma mais moderada, elas ficaram mais seletivas, comprando o que é preciso", analisa Elisandra.

A técnica da SEI ainda ressalta que, na Bahia, há uma tendência muito forte pela compra em mercados de bairro, que não constam nas estatísticas do IBGE.

"Temos muitos mercadinhos de bairro e mercearias que as pessoas costumam ir ao invés de mercados maiores, e isso termina tirando a demanda das grandes redes. Por conta disso, os mercados de bairro não são computados nas pesquisas e acaba gerando uma informação diferenciada", acrescenta Elisandra Brito.

VEÍCULOS

Já as vendas do varejo ampliado (em que não se consegue distinguir varejo de atacado) na Bahia, que incluem os segmentos de veículos, motos, partes e peças e materiais de construção, teve o pior desempenho do Brasil em 2020, com uma queda de 7,9% em relação à 2019. O resultado ficou bem abaixo da média do país como um todo (-1,5%). Esse desempenho também foi o pior para o varejo ampliado baiano desde 2016 (-11,1%).

Esse resultado negativo foi intensificado pela queda recorde na venda de automóveis - 24,1%, o menor percentual da série histórica, ou seja, desde 2001. Foi o maior recuo entre os 12 estados onde esse segmento é investigado separadamente.

Em contrapartida, as vendas de materiais de construção foram as maiores desde 2010, ano em que as vendas atingiram 14,6%. A alta ano passado foi de 9,6%, o quinto maior resultado do país.

14,6%

foi a alta das vendas de móveis e eletrodomésticos no ano passado. No setor de artigos farmacêuticos, médicos e perfumaria o aumento foi de 3%

9,6%

foi o crescimento das vendas de materiais de construção



Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) descartou ontem a criação de um imposto temporário para bancar novas parcelas do auxílio emergencial

Bolsonaro: 'O governo não tem dinheiro no cofre'

Em agenda com prefeitos, ontem, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que uma nova rodada de auxílio emergencial está sendo discutida, mas que o governo não tem "dinheiro no cofre" para bancar a retomada do benefício, o que deve afetar o endividamento do país.

"A arrecadação esteve praticamente equivalente no município tendo em vista o auxílio emergencial, que volta a ser rediscutido. Não é dinheiro que eu estou tirando do cofre, é endividamento. Isso é terrível também", declarou o presidente.

Com o aumento de despesas públicas em função da pandemia do novo coronavírus, a dívida pública fechou 2020 em R\$ 6,615 trilhões, o que representa o patamar recorde de 89,3% do PIB, patamar recorde.

Bolsonaro ainda indicou que o governo poderá dar novo apoio a municípios neste ano. O chefe do Executivo voltou a dizer que as medidas "na ponta linha" de combate à pandemia da covid-19 foram tomadas por governadores e prefeitos, enquanto ao governo federal coube enviar "recursos e meios".

●● A arrecadação esteve praticamente equivalente no município tendo em vista o auxílio, que volta a ser rediscutido. Não é dinheiro que eu estou tirando do cofre, é endividamento. Jair Bolsonaro, Presidente

●● Nós temos um compromisso com as futuras gerações do país. Nós temos que pagar pelas nossas guerras. Paulo Guedes, Ministro da Economia

Caixa libera pagamento para mais 22 mil pessoas

O governo federal pagou ontem parcelas do auxílio emergencial para 22.233 pessoas, um total de R\$ 20,95 milhões. O benefício foi concedido após processos de reavaliações de correntes de atualização da base de dados e de contestações de cidadãos que tiveram os pagamentos negados e que foram considerados elegíveis. No mês passado, 196 mil pessoas também receberam recursos após essas análises.

A portaria do Ministério da Cidadania foi publicada ontem no Diário Oficial da União. O crédito foi feito pela Caixa Econômica Federal (CEF) na poupança social digital e os recursos também já estarão disponíveis tanto para transferências e pagamentos quanto para saques, por meio do aplicativo Caixa Tem.

Com ele é possível fazer compras na internet e nas maquininhas em diversos estabelecimentos comerciais, por meio do cartão de débito virtual e QR Code. O beneficiário também pode pagar boletos e contas, como água e telefone, pelo próprio aplicativo ou nas casas lotéricas, e transferir os recursos sem o pagamento de tarifas.

20,9 milhões de reais foi o total liberado ontem pelo governo para o pagamento do auxílio. Os beneficiários receberão de uma só vez todas as parcelas a que têm direito

68 milhões de trabalhadores, o que representa 32,2% da população e cerca de 40% das residências, receberam o auxílio, totalizando cerca de R\$ 294 bi

Auxílio deve voltar depois do Carnaval

Benefício Governo federal pretende pagar mais três parcelas de R\$ 200

Das Agências

REPORTAGEM
correio24horas@redelba1a.com.br

O presidente Jair Bolsonaro deve anunciar depois do Carnaval a prorrogação do auxílio emergencial, começando a valer a partir de março. Segundo o jornal O Globo, o plano em estudo analisa o repasse de três parcelas de R\$ 200, restritas a cerca de metade dos trabalhadores que foram atendidos pelo programa no ano passado. A reportagem aponta que Bolsonaro sofre pressões do Congresso e de uma ala do governo para prorrogar o auxílio. A queda na popularidade também pode ser um dos motivadores do presidente.

O formato final dessa nova etapa do benefício ainda não está fechado. A equipe do governo teme que a proposta de pagar as três parcelas de R\$ 200 seja alterada no Congresso, como ocorreu no ano passado, aumentando muito a conta - R\$ 18 bilhões nos previstos inicialmente nos gastos. O valor pode subir para R\$ 300, podendo chegar a R\$ 600, com aumento também nas parcelas, já que os parlamentares também estão

de olho na eleição de 2022.

A ideia é que o custo com a extensão do benefício fique fora do teto de gastos, a regra fiscal que impede que as despesas públicas cresçam mais que a inflação do ano anterior. A equipe econômica ainda defende que qualquer medida seja compensada com ações para o ajuste fiscal. O governo quer bancar a nova leva do auxílio com créditos extraordinários, liberação de dinheiro público que não está sujeita ao teto de gastos. Esse mecanismo foi o usado no ano passado diante das despesas emergenciais de combate à pandemia.

Os esforços estão sendo feitos porque se enxerga que a volta do benefício seria importante para ajudar na campanha de reeleição de Jair Bolsonaro, em 2022.

Nos últimos dias, líderes do Congresso Nacional têm defendido que o pagamento seja prorrogado, já que a situação da pandemia no país segue grave. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) disse que a solução sobre como resolver a questão do auxílio seria alcançada ainda nesta semana. Para ele, o pagamento não pode depender da aprovação de medidas de ajuste fiscal.

IMPOSTO

Rodrigo Pacheco manifestou resistência em aceitar a criação de um imposto temporário para bancar uma nova rodada de auxílio emergencial. A discussão, segundo o jornal O Estado de S.Paulo, entrou nas conversas feitas entre governo e Congresso como uma das alternativas para bancar a retomada do auxílio e cumprir a meta fiscal deste ano.

"A criação de imposto é sempre algo traumático, especialmente à luz da discussão de uma reforma tributária, que tem de ser muito mais ampla", disse Pacheco em entrevista. "O momento de se dimensionar criação ou extinção de tributo é na reforma tributária. Então, nós vamos buscar uma solução dentro de fundamentos econômicos sem a criação de impostos".

O ministro da Economia, Paulo Guedes, condiciona a retomada do benefício no valor de R\$ 200 por três meses à aprovação do Orçamento de 2021 e das propostas em tramitação no Senado que prevêem corte de gastos. Além disso, Guedes quer segurança jurídica para a retomada do auxílio, o que seria dado por uma cláusula de calamidade ou uma nova edição da PEC do orçamento de guerra.

Tribuna

Guedes é contra recriar CPMF para bancar nova rodada do auxílio

ANA FLOR
O GLOBO

Em reuniões com os novos comandos da Câmara e do Senado e a área política do governo,

a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, tem se posicionado contra a criação de um novo imposto, mesmo que temporário, para bancar uma nova rodada do auxílio emergencial.

Nos últimos dias, cresceu dentro do governo a defesa da criação de um tributo nos moldes da antiga CPMF, temporário, para bancar a nova ajuda aos brasileiros afetados pela pandemia.

Segundo integrantes da equipe econômica que participaram de reuniões nos últimos dias, o ministro Paulo Guedes segue defendendo que o pagamento do auxílio emergencial por mais alguns meses precisa ser compensado com cortes de gastos, não com aumento de tributos.

O presidente Jair Bolsonaro tem repetido nos últimos dias a promessa de



A EQUIPE do ministro da Economia, Paulo Guedes, tem se posicionado contra a criação de um novo imposto, mesmo que temporário

campanha de que o governo não irá propor aumento de impostos.

Um novo imposto nos moldes da CPMF, que o governo chama de imposto sobre transações, é defendido para desonerar a folha de pagamentos das empresas. De acordo com o governo, essa medida ajudará na manutenção e na criação de empregos.

A interlocutores, o ministro da Economia tem elo-

giado o novo comando das duas casas do Legislativo, afirmando que o diálogo tem sido "muito construtivo". A referência é ao novo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

Segundo um integrante do governo que tem participado das reuniões para discutir a nova ajuda à população, a equipe de Guedes vem defendendo uma

contrapartida que estaria no que o ministro chama de "PEC para crises fiscais", ou um novo marco legal para enfrentar crises futuras. Não um aumento de imposto.

"A área econômica, que precisa zelar pelo equilíbrio fiscal, compreendeu a urgência do auxílio, e a área política entendeu que é preciso sinalizar com uma contrapartida", diz um integrante graduado do governo.



LEANDRO MAZZINI

PROTAGONISMO

Em meio ao bate-cabeça do Governo sobre o futuro do auxílio emergencial, deputados e senadores tentam fazer com que o Congresso assuma o protagonismo para assegurar a extensão do benefício pago aos brasileiros de baixa renda durante a pandemia de Covid-19. São mais de 30 projetos na Câmara e no Senado, de autoria de parlamentares governistas e da oposição, que preveem o pagamento – de R\$ 600 ou R\$ 300 – durante períodos que variam de três meses ou até o fim de 2021.

Gabinetes

Nenhuma das propostas em tramitação no Congresso fixa o benefício em R\$ 200, valor que está em discussão nos gabinetes da equipe econômica do Governo Bolsonaro.

Fontes

As alternativas de fontes propostas pelos parlamentares para bancar o auxílio vão da redução dos incentivos tributários concedidos pelo Poder Executivo à tributação em 15% sobre lucros e dividendos a partir de 2021.

Imposto

A base do Governo no Congresso já avisou que o clima nas duas casas não é favorável à criação de um "imposto emergencial" para arcar com a nova rodada do auxílio. O aviso fez a equipe econômica estancar a discussão da proposta.

Crédito

Enquanto a definição sobre o auxílio se arrasta, o Governo, para arrefecer os impactos da pandemia, editou Medida Provisória que dispensa instituições financeiras de exigir dos clientes documentos de regularidade para contratação ou renegociação de empréstimos.

Meio milhão

O Governo do Ceará iria desembolsar mais de meio milhão de reais de patrocínio para publicação do livro

"Pandemia: a Luta contra a Covid no Ceará". A obra seria escrita pelo jornalista cearense Lira Neto com previsão de conclusão em abril. Mas no fim do dia ontem, o portal UOL publicou que o escriba desistiu diante da polêmica do valor.

Vale?

À Coluna, o governo cearense informou que "o valor de R\$ 547.537,65 contempla todo o trabalho realizado por equipe de profissionais formada por escritor, jornalistas, pesquisadores, designers gráficos...". E que o apoio à publicação seguiu todas as questões legais de contratação. Quantos exemplares seriam impressos? Apenas 2.000. Um valor muito alto para os padrões do mercado.

Saia justa

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) recusou o convite de filiação ao Republicanos – partido controlado pela Igreja Universal do Reino de Deus – para não se indispor com outras lideranças evangélicas que o apoiam.

Patriota

Bolsonaro está praticamente fechado com o Patriota e deve anunciar a filiação após a semana de carnaval. Falta só o comando do partido sinalizar a Bolsonaro que ele será "autoridade" na sigla, como tem reivindicado.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 11/02/2021	Página: 06

Tribuna

PREJUÍZO

Vendas do varejo baiano recuam 6,6 por cento

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento, analisou a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – realizada em âmbito nacional –, divulgada nesta quarta-feira (10). Os resultados revelam que as vendas no comércio varejista baiano registraram, em dezembro de 2020, retração de 6,6% em relação a igual mês do ano passado. No acumulando do ano a taxa recuou 4,3%. Na análise sazonal, em relação ao mês imediatamente anterior, o varejo no estado baiano recuou em 4,3%.

O resultado registrado para o comércio varejista baiano em dezembro sinaliza para os efeitos do fim do auxílio emergencial, in-

flação em alta, e a incerteza de uma segunda "onda" de contaminação pelo coronavírus. Dado a expectativa para o seu encerramento e aumento no número de pessoas infectadas, os consumidores reduziram as suas compras, principalmente nas lojas físicas. Mesmo diante das festividades de final de ano, e da liberação do décimo terceiro, os consumidores não se sentiram influenciados para irem às compras. Além do mais muitos consumidores anteciparam as compras natalinas, dada a Black Friday verificada no mês de novembro.

Quando observado o comportamento do setor em 2020, verifica-se que as atividades mais comprometidas em razão da chegada do novo coronavírus e das medidas tomadas para evi-

tar a sua disseminação foram os segmentos de Livros, jornais, revistas e papelaria (-41,6%) e Tecidos, vestuário e calçados (-28,8%). Em contrapartida, o segmento que registrou nesse ano o melhor desempenho foi Móveis e eletrodomésticos (14,6%) devido à adoção do auxílio emergencial e ao dinamismo do mercado de trabalho baiano.

Por atividade, em dezembro de 2020, os dados do comércio varejista do estado baiano, quando comparados aos de dezembro de 2019, revelam que dois dos oito segmentos que compõem o indicador do volume de vendas registraram comportamento positivo. Assim, o desempenho positivo nesse mês ficou por conta do segmento de Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de

perfumaria e cosméticos (9,5%), e Combustíveis e lubrificantes (1,5%). Nos demais segmentos, as variações foram negativas, são eles: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,7%), Móveis e eletrodomésticos (-3,0%), Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-5,5%), Tecidos, vestuário e calçados (-9,4%), Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-14,6%), e Livros, jornais, revistas e papelaria (-35,1%). No que diz respeito aos subgrupos, verificam-se que registraram variações negativas as vendas Hipermercados e supermercados, e Eletrodomésticos com taxas de 13,4%, e 8,0%, respectivamente. Enquanto móveis registrou variação positiva de 11,0%.

Tribuna

Sem Carnaval, turistas vão deixar de gastar R\$ 1,7 bi na cidade

YURI ABREU
REPORTER

Dia 11 de fevereiro de 2021. Em cerimônia na qual participaram o prefeito de Salvador, Bruno Reis, e o governador da Bahia, Rui Costa, o momento tão esperado aconteceu: a entrega das chaves da cidade ao Rei Momo, o que oficializa a abertura do Carnaval da capital baiana. De agora em diante, o "Já é Carnaval, cidade" é uma realidade, com baianos e turistas tendo que ter energia para aguentar, com muita alegria, os sete dias de festa, que só vai acabar no "Arrastão" da quarta-feira de Cinzas.

A cena narrada acima, claro, é meramente uma expectativa de ficção, uma vez que já é sabido que não haverá Carnaval em 2021, por conta da pandemia do novo coronavírus. A festa, que deveria começar hoje, de acordo com o calendário oficial, foi adiada para 2022 – apesar de ainda haver uma ponta de esperança que a maior festa de rua do país ocorra ainda neste ano, mas no segundo semestre. A terça-feira da folia, considerada feriado conforme um decreto dos anos 1980, foi suspenso. A segunda, ponto facultativo, da mesma forma. Serão dias como quaisquer outros, para tristeza daqueles que esperam um ano inteiro só para a chegada deste grande evento.

Para onde se olha, só se observam prejuízos. De acordo com um estudo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), divulgado na última segunda-feira, o can-

celamento do Carnaval de Salvador, devido à pandemia da Covid-19, vai evitar que 1,2 milhão de pessoas circulem nas ruas onde tradicionalmente acontecem os festejos, na capital baiana, durante os seis dias oficiais de festa, como os circuitos Barra/Ondina, Campo Grande e Centro Histórico. No geral, seriam pelo menos 528 mil foliões residentes que participariam do evento e cerca de 636 mil turistas.

Financeiramente, o reflexo também será forte. No levantamento, a Superintendência estima que em torno de R\$ 1,7 bilhão, advindos dos gastos dos foliões, deixarão de circular em Salvador. Cerca de 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades e um montante de R\$ 90 milhões de rendimentos, fruto dos trabalhos realizados durante o período de Carnaval, deixará de ser gerado. O desinvestimento público deve ser de R\$ 133 milhões, montante empregado pelos poderes públicos estadual e municipal no Carnaval de 2020, sendo R\$ 73 milhões por parte do Estado e outros R\$ 60 milhões do Município.

O estudo da SEI ainda trouxe um fator abrangente. De acordo com o órgão, o verão sem festas públicas

ou privadas deve impactar nos indicadores de diversos setores no primeiro trimestre de 2021. A redução de arrecadação de ICMS (imposto estadual) foi projetada em R\$ 47,3 milhões nos setores de bebidas, alimentação e alojamento. Também acarretará na queda de 18,2% na taxa de ocupação dos hotéis em Salvador, no período, e redução de 7 mil postos de trabalho diretos, além da queda em torno de 25% da receita nominal do conjunto de atividades características do turismo.

"O Carnaval é uma festa que traz um número expressivo de turistas para nosso estado, principalmente para Salvador, que faz a maior festa de rua do mundo", ressalta o secretário de Turismo do Estado, Fausto Franco. No entanto, o gestor acrescenta que apesar do impacto causado pelo cancelamento da festa, a necessidade de salvar vidas humanas é imperiosa neste momento, mas lembra, por outro lado, que mesmo não ocorrendo a folia, a Bahia tem lugares paradisíacos para serem visitados a qualquer época do ano, que oferecem distanciamento social e turismo ao ar livre, junto à natureza, sem contar o patrimônio histórico e cultural.



PERDAS

Cerca de 60 mil trabalhadores ficarão sem opção de desempenhar suas atividades

Pandemia alterou qualquer previsão

A pandemia alterou todas as previsões para o setor de hotelaria no ano 2020, sendo que este é um dos segmentos que mais se "aliviou" do turismo com a acomodação de hóspedes nas suas instalações. De acordo com dados da seção Bahia da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-BA), o taxa de ocupação das unidades hoteleiras de Salvador que estavam abertas naquele período, foi de 48,59%, mais de 10 pontos percentuais abaixo em relação ao mesmo período de 2019: 60,15%.

Além disso, houve uma redução de 56% do faturamento neste ano em relação ao anterior, o que equivale a uma perda de cerca R\$ 673 milhões, correspondente aos sete meses do ano com baixo faturamento. A previsão de ocupação

para 2020 era de 66,4%, mas com a pandemia o ano fechou em 37,4%, o que representa uma redução de 44% no número de turistas esperados. Para o Carnaval deste ano, o comportamento passa longe da expectativa gerada em outros anos.

De acordo com o presidente da ABIH-BA, Luciano Lopes, apesar do tímido retorno de turistas neste verão à capital baiana, o cancelamento da folia, neste ano, trará um forte impacto nos hotéis da cidade. Além disso, o fato de grandes municípios do país terem suspenso o feriado da terça-feira de Carnaval, assim como os pontos facultativos do período, deve desencorajar as pessoas a realizar viagens ao longo deste mês. O panorama atual deve se refletir também em outros segmentos que dependem da festa,

como bares, restaurantes e a aviação.

Aqueles que trabalham no setor de festas e tem o Carnaval como principal fonte de renda, também devem sentir os impactos. De acordo com o diretor da Central do Carnaval e representante da Associação Brasileira de Entrenimento no Conselho do Carnaval da capital baiana, os que mais vão sofrer, neste período, são os trabalhadores temporários. Além disso, ele ressaltou que os camarotes estão passando por um período difícil. "O entretenimento é um dos responsáveis por movimentar a economia e é ligadíssimo ao carnaval. Cada camarote trabalha com algo em torno de dois a três mil colaboradores, que este ano não vão ter trabalho", disse ele, em entrevista ao G1.

Assine
Tribuna
da Bahia
Ligue
(71) 3322-7266

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Fica REMARCADA a CHAMADA PÚBLICA Nº 001-2020 – Objeto: Seleção dos agricultores familiares e das unidades receptoras, para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar, para doação a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo programa na modalidade compra para doação simultânea. Data: 19/03/2021 às 08h30. Local: Teatro Margarida Ribeiro - Rua José Pereira Mascarenhas, nº 409, Capuchinhos, Feira de Santana – Bahia. Informações no Departamento de Gestão de Compras e Contratações, Av. Sampaio, nº 344, Centro, nos dias úteis, das 08h30 às 12h00 das 14h00 às 17h30. Tel.: 75 3602 8345/8333. Edital no site: www.feiradesantana.ba.gov.br. Feira de Santana, 10/02/2021. Osmario de Jesus Oliveira – Presidente da CPL.



09.1926 | 02.2021

A Fundação Casa de Jorge Amado, com enorme pesar, lamenta o falecimento do Prof. Dr. Roberto Santos, sem dúvida um dos mais ilustres, dentre tantos ilustres que a nossa Bahia tem projetado. Exemplo de cidadão honrado, homem de extraordinária cultura e sensibilidade social e que merece o mais profundo respeito e as mais sinceras homenagens.



Arthur Guimarães Sampaio
Presidente

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/02/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 10 de Fevereiro de 2021 - 21:20

Vendas no mês do Natal caem 6,1% e varejo fecha ano abaixo da expectativa

por Diego Garcia | Folhapress



O varejo brasileiro terminou 2020 com crescimento de 1,2% nas vendas, mesmo com o impacto da Covid-19, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta quarta-feira (10).

O dado, no entanto, veio abaixo da expectativa do mercado, que esperava que o setor encerrasse o ano com alta de 5,5%, segundo analistas ouvidos pela Bloomberg. O crescimento observado também foi o mais fraco nos últimos quatro anos.

O resultado foi influenciado pela queda de 6,1% em dezembro —mês que tradicionalmente tem alta nas vendas, relacionadas ao Natal.

De acordo com o IBGE, o resultado foi influenciado pelos patamares de vendas elevados dos meses anteriores, pela redução do valor do auxílio emergencial e pela inflação elevada dos alimentos.

Foi o maior recuo para o mês de toda a série histórica, iniciada em 2000, e o segundo pior quando se leva em consideração todos os meses do ano, ficando atrás apenas de abril de 2020, quando o setor sentiu o maior impacto da pandemia (-17,2% nas vendas).

A expectativa de analistas ouvidos pela Bloomberg era de um recuo de apenas 0,7% em dezembro.

Com a retração observada em dezembro, o varejo voltou ao mesmo patamar de fevereiro, último mês antes da eclosão da pandemia no Brasil.

Cristiano Santos, gerente da pesquisa, afirmou que houve um crescimento acelerado desde abril que levou o setor a bater recordes de vendas. A base comparativa elevada, portanto, explica em parte o tombo de dezembro.

Na prática, isso significa que uma empresa média tinha em dezembro o mesmo nível de vendas de fevereiro, diz Santos.

O pesquisador afirma ainda que a queda observada em dezembro pode refletir a diminuição do volume de recursos disponíveis às famílias em razão do corte do auxílio emergencial, benefício encerrado em dezembro.

Além disso, a inflação elevada dos alimentos também pesou, avalia Santos, uma vez que o comércio em hiper e supermercados tem forte impacto no levantamento feito pelo IBGE.

Todos os ramos de atividade tiveram queda em dezembro. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo caíram 0,3%, outros artigos de uso pessoal e doméstico recuaram 13,8% e tecidos, vestuário e calçados, 13,3%.

Também foram observadas quedas em equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-6,8%), móveis e eletrodomésticos (-3,7%), livros, jornais, revistas e papelaria (-2,7%), além de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-1,6%), combustíveis e lubrificantes (-1,5%).

Já o varejo ampliado registrou quedas em veículos, motos, partes e peças (-2,8%) e material de construção (-1,8%) no mês de dezembro. No geral, o volume de vendas recuou 3,7% no mês e 1,5% no acumulado de 2020, após três anos consecutivos de altas.

Governo estuda 'imposto temporário' para bancar novo auxílio emergencial



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A criação de um 'imposto emergencial e temporário' começou a ser estudada para arrecadar recursos para a concessão de uma nova rodada do auxílio emergencial com o agravamento da pandemia. A ideia está em análise pelo governo e vem sendo discutida com parlamentares da base para dar fôlego ao pagamento do auxílio.

A expectativa é ter um esboço do modelo de uma nova rodada do auxílio na primeira semana após o carnaval e a ideia do 'imposto emergencial e temporário' foi incluída na discussão, segundo apurou o jornal O Estado de S. Paulo, entre as diversas propostas, apesar de o presidente Jair Bolsonaro já ter se colocado contra a criação de um novo tributo e haver resistência no Congresso.

trabalha até mesmo com algumas alíquotas para a reedição de um imposto nos moldes da CPMF, sobre transações financeiras. Elas seriam entre 0,05% e 0,10%, podendo chegar a 0,15%.

Em tese, o novo imposto ficaria em vigor o tempo necessário para dar fôlego ao pagamento de uma nova rodada do auxílio emergencial. Mas esse discurso não é novo. O 'P' da sigla CPMF, o imposto do cheque, era de provisória, embora tenha vigorado por dez anos, entre 1997 e 2007.

A proposta está em discussão porque o governo precisa aumentar a **arrecadação** para retomar o auxílio emergencial. É que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige a necessidade de cumprimento da meta de resultado primário, definida pela diferença entre o que o governo arrecada com impostos e tributos e o que banca de despesas, sem contar o gasto com os juros da dívida.

Mesmo que as despesas para o pagamento do auxílio fiquem fora do limite do teto de gasto, a regra que proíbe que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação, o governo teria de arrumar a compensação em aumento de **arrecadação** ou corte de despesas. Outra saída seria mudar a meta fiscal, que prevê um rombo de R\$ 247,1 bilhões.

Guerra

O grupo técnico que estuda a retomada do auxílio

Em 2020, com o orçamento de guerra, as regras fiscais foram suspensas e o governo não precisou cumprir a meta fiscal, o que permitiu ampliar os gastos sem nenhum tipo de amarra. Com isso, foi registrado o maior rombo da história: R\$ 743,1 bilhões, o equivalente a 10% de toda a renda gerada pela economia brasileira em um ano e medida Produto Interno Bruto (PIB).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Bolsonaro chegou a dar aval ao Ministério da Economia para estudar a criação de um imposto sobre transações nos mesmos moldes da antiga CPMF, mas ele sempre diz que é contra o aumento da carga tributária. Ou seja, um novo tributo deveria ser compensado com a redução de outros já existentes.

Na equipe do ministro Paulo Guedes, a ideia de criação de um novo imposto está atrelada à desoneração da folha de salários das empresas (redução dos encargos pagos sobre os salários) e à substituição de outros tributos como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A equipe econômica vê com restrições a criação de um tributo para criar novas despesas.

Bolsonaro também já disse que um novo imposto não será criado 'se o povo não quiser'. Desde a campanha eleitoral, Bolsonaro negava veementemente a intenção de recriar a CPMF.

No Congresso, há também resistência à criação de um novo tributo, embora os novos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), tenham dado sinais de que podem pautar o assunto.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

mercado

PAINEL S.A.

Daqui não saio

Como o Carnaval de 2021 chegou antes do fim da pandemia, os negócios que giram em torno da data buscam saídas no mundo digital. A explosão do delivery e o desabrochar das lives são a esperança de setores que têm a festa como uma das principais sazonalidades do ano, como as indústrias cervejeira e musical. Mas nem de longe se esperam as mesmas cifras. O desafio das ações de marketing foi explorar a ideia do isolamento em um evento que só existe com aglomeração.

DAQUI NINGUÉM ME TIRA A marca Skol Beats lançou um reality show com a cantora Anitta e nove amigos isolados em uma ilha para ser transmitido pela internet. Já a Brahma vai ter lives com os artistas Zeca Pagodinho e Os Barões da Pisadinha.

PONTO FACULTATIVO A Riachuelo, que nos últimos eventos vendeu coleções temáticas e acessórios da moda dos blocos, vai patrocinar uma live com Ivete Sangalo, Claudia Leite e Bell Marques. Mesmo sem festa de rua, a rede preparou uma linha com roupas de Carnaval neste ano. Já Hering e Renner resolveram não fazer ativações de marca ligadas à data.

A DISTÂNCIA Até o ramo de aplicativos de namoro precisou inovar. O Tinder criou um Carnaval virtual com transmissão de shows e jogos interativos para os participantes.

SERINGA Com o avanço da vacinação da Covid, grandes redes de lojas dos EUA estão pagando bônus para incentivar seus funcionários a se imunizarem. A prática ganhou a adesão da Target, que vai oferecer a remuneração de quatro horas de trabalho aos profissionais vacinados. A empresa também vai bancar US\$ 15 de transporte pelo app Lyft até o posto da aplicação.

PAUSA A Starbucks também anunciou nesta semana que vai dar duas horas de folga remunerada aos funcionários que tomarem as duas doses, além de outros benefícios, como sessões de terapia. Já a rede de supermercados Kroger decidiu pagar US\$ 100 a cada trabalhador vacinado.

PULMÃO Desde maio de 2020, quando o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, determinou que seriam multados em R\$ 9.300 os estabelecimentos comerciais que não controlassem o uso de máscaras, nenhuma sanção foi aplicada pela administração da cidade.

FISCALIZAÇÃO A Secretaria Municipal da Saúde diz que a prefeitura preferiu fazer ações educativas e que quase 14 mil estabelecimentos receberam a orientação oferecida por 28 unidades de vigilância.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS
Fev., em % ao mês
7,73 8,00 3,89 7,89
Cheque especial Emprestimo pessoal
Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência janeiro
Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.100,00 20% R\$ 220,00
Valor máx. R\$ 6.433,57 20% R\$ 1.286,71

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo podem contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem receber sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15 fev.
MEI (Microempreendedor)
Valor mín. R\$ 1.100 5% R\$ 55,00
Empregado, exceto doméstico
Alíquota Até R\$ 1.100 7,5%
De R\$ 1.100,01 até R\$ 2.203,48 9%
De R\$ 2.203,49 até R\$ 3.305,22 12%
De R\$ 3.305,23 até R\$ 6.433,57 14%
O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 19 fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

BOLSO Os registros de inadimplência do birô de crédito Boa Vista caíram 3,4% em janeiro na comparação com dezembro. O indicador é elaborado a partir da quantidade de novas dívidas vencidas e não pagas informadas pelas empresas credoras. A expectativa, porém, é que a inadimplência suba em 2021 com o mercado de trabalho enfraquecido.

AR A onda de doações empresariais na pandemia, que estacionou no fim de 2020 e teve novo fôlego em janeiro após tragédia em Manaus, deve consolidar a tendência neste ano, diz Paula Fabiani, diretora do Instituto Idis. O novo patamar dificilmente alcançará os R\$ 5,5 bilhões levantados com a Covid, mas deve superar o padrão anual anterior a 2019, em torno de R\$ 3 bilhões.

DIAGNÓSTICO O Fundo Solidário (Tamo) criado pela Qualicorp em 2020 para dar R\$ 1.000 aos corretores que contraíram Covid e ficaram sem trabalhar superou mil profissionais auxiliados.

CADEIRA O PicPay renovou seu conselho de administração. Além da investidora Camila Farani, que ficou famosa como jurada do reality show Shark Tank e em projetos de empreendedorismo feminino, entram também Gilberto Kandó e Vicente Trius, que foram presidentes de Vigor e Walmart, respectivamente, e Mario Mello, com passagens por PayPal e Banco Real.

HACKER A LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) acelerou a procura por seguros para proteger executivos e empresas em casos de vazamentos de dados, ataques cibernéticos ou multas por mau uso de informações pessoais, segundo a corretora 3 SEG, que registrou alta de 52% na contratação na modalidade de cyber.

TELA Também avançou 25% o seguro D&O, uma modalidade antiga que protege executivos de serem responsabilizados patrimonialmente nessas situações. Em metade das contratações, a apólice abrange o cargo de data protection officer, função criada pela LGPD para ter um responsável pela proteção de dados nas empresas.

Bancar auxílio com tributo não é o 'ideal', diz Pacheco; Economia descarta medida

Discussão sobre imposto é na reforma tributária, afirma presidente do Senado; equipe de Guedes defende CPMF com corte de outros encargos

Renato Machado e Bernardo Caram

BRASÍLIA A equipe econômica e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), descartam a possibilidade de criar um novo imposto para bancar mais uma rodada do auxílio emergencial — ou programa análogo para atender à população vulnerável afetada pela pandemia.

Nesta quarta-feira (10), Pacheco afirmou que a criação de um tributo para reeditar o auxílio não é o "ideal" e que essas ações são sempre "traumáticas". O presidente do Senado também disse que a criação e extinção de impostos deve se dar no âmbito da reforma tributária.

"A criação de imposto é sempre algo traumático", afirmou, pouco antes da sessão deliberativa do Senado.

"O momento de dimensionar criação e extinção de tributos é na reforma tributária. Vamos buscar uma solução com fundamentos econômicos sem que haja necessidade de criação de impostos. Pelo menos esse é o ideal", afirmou.

Pacheco foi questionado sobre as medidas propostas por senadores, em reunião de líderes partidários no dia anterior, como a redigida da PEC (proposta de emenda à Constituição) do Orçamento de Guerra. O presidente do Senado evitou comentar especificamente o mérito da questão, apenas afirmou que as propostas estão sendo encaminhadas para o Ministério da Economia para discussão.

O ministro Paulo Guedes (Economia) é um defensor do imposto sobre transações financeiras nos moldes da extinta CPMF e vê a proposta como uma forma de viabilizar uma redução de encargos trabalhistas.

O plano do ministério, no entanto, não prevê o uso do tributo para bancar mais parcelas do auxílio emergencial.

O time de Guedes defende o modelo de substituição de "tributo por tributo e gasto por gasto". Isso significa que eventual recriação da CPMF seja compensada por um corte de outro imposto, mais especificamente aqueles que incidem sobre a folha salarial dos trabalhadores.

A mesma lógica é usada para o auxílio emergencial. A proposta defendida pela pasta prevê a liberação da assistência ao mesmo tempo que seriam feitas cortes de gastos em outras áreas do governo. A equipe do ministro é contra a criação de novo imposto para liberar mais gastos públicos.

Além disso, a simples criação de um novo tributo, que ampliaria a arrecadação do governo, não seria suficiente para destravar o pagamento do auxílio emergencial. Mesmo com mais recursos em caixa, seria necessário respeitar o teto de gastos, regra que restringe o crescimento das despesas do governo.

O teto já opera perto do limite neste ano. Por isso, a equipe econômica argumenta que novos gastos precisam ser compensados com corte de despesas em outras áreas.

Em uma das possibilidades avaliadas por parlamentares, seria aprovada uma proposta similar ao Orçamento de Guerra implementado em 2020. Com isso, o governo teria liberdade para gastar sem ferir normas fiscais e conseguiria bancar o progra-

ma por meio de créditos extraordinários. Esse mecanismo não é contabilizado no teto de gastos.

Como mostrou a Folha, o Ministério da Economia montou um plano que prevê a liberação de três parcelas de R\$ 200 do auxílio emergencial. A medida, no entanto, foi condicionada à aprovação da PEC do Pacto Federativo, que traz uma série de gatilhos de ajuste fiscal.

A aprovação do plano dependeria de tempo e articulação com o Congresso. Por isso, lideranças parlamentares passaram a defender que o auxílio seja liberado mesmo sem a aprovação de medidas de ajuste fiscal.

Nesta quarta, o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), afirmou que a agenda de reformas é importante, mas defendeu urgência na liberação da assistência.

"Eu me alegro defendendo essa agenda [fiscal], só que a retomada da agenda econômica e da agenda das reformas, as pessoas que precisam comer não vão esperar", afirmou.

Em nota, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) defendeu a retomada do auxílio emergencial, mas criticou a ideia de implementar um tributo para bancar o benefício.

"O que não se pode é aceitar que isso sirva de pretexto para criação de um novo imposto. Aumento de carga tributária é tudo de que o Brasil não precisa. No ano passado, foi aprovado o chamado Orçamento de Guerra, que financiou os gastos necessários ao enfrentamento da pandemia. Para a retomada de pagamento do auxílio emergencial, devemos seguir o mesmo caminho", afirmou a federação.

Uma das dificuldades nas negociações sobre o auxílio é o fato de o Orçamento de 2021 do governo federal sequer estar aprovado.

Após quase um ano de atraso, em razão da pandemia e de disputas políticas, o Congresso instalou nesta quarta a comissão mista que vai analisar o Orçamento deste ano. A presidência do colegiado será exercida pela deputada Flávia Arruda (PL-DF).

Não é dinheiro que eu tenho no cofre, é dívida, diz Bolsonaro

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse, em uma agenda com prefeitos no Ministério da Educação que o auxílio emergencial voltou a ser discutido, mas afirmou que "não tem dinheiro no cofre" para pagar as parcelas.

"A arrecadação esteve praticamente equivalente nos municípios tendo em vista o auxílio emergencial, que volta a ser discutido e que eu falo: não é dinheiro que eu tenho no cofre, é endividamento", afirmou o presidente no encontro, nesta quarta-feira (10).

"Isso é terrível também. A economia tem que pagar. Temos que voltar a trabalhar. Nos preocupamos com os mais idosos, os que têm comorbidades, mas a roda da vida tem que continuar. Sou muito criticado por isso".

Bolsonaro afirmou que a educação foi muito prejudicada no período da pandemia e que a falta de aulas presenciais atrapalhou o aprendi-

G **GOVERNO COMEÇA A RECRIAR MEDIDAS DA PANDEMIA COM MP QUE FLEXIBILIZA CRÉDITO**

O governo editou uma medida provisória que flexibiliza exigências para concessão de crédito, repetindo uma iniciativa tomada durante o ano passado após a chegada da Covid-19 ao país. A medida pode ser a primeira de uma série de ações adotadas no ano passado para mitigar o impacto econômico gerado pelo coronavírus e que podem voltar em 2021 diante da continuidade da pandemia.

No momento, o governo analisará a possibilidade de recriar ações como o auxílio emergencial (em menor escala), a antecipação do 13º do INSS e a reativação do programa de manutenção do emprego. As medidas foram flexibilizadas ao longo das últimas semanas e ainda estão em discussão.

No caso da MP voltada ao crédito, publicada nesta quarta-feira (10), o novo texto resgata o teor de uma MP de abril de 2020, que perdeu sua validade e se limitava exclusivamente a bancos públicos. Agora, instituições privadas também terão exigências flexibilizadas para emitir e prestar a assistência à suspensão e a suspensão temporária, até 30 de junho de 2021, da exigência de apresentação das Certidões Negativas de Débitos em contratações e renegociações de crédito com instituições financeiras públicas ou privadas.

Segundo a proposta em discussão, a pessoa precisará participar de um curso para qualificação profissional, bem como ser associado à Carteira Verde e Amarela, programa que deve ser relacionado pelo governo para reduzir encargos trabalhistas e estimular a formalização de pessoas de baixa renda.

No novo formato, o programa custaria pouco mais de R\$ 6 bilhões por mês, isto é, bem abaixo dos R\$ 5,5 bilhões mensais gastos com as parcelas de R\$ 600 pagas a 64 milhões de pessoas em 2020.

Para o Congresso Nacional aprovar o plano, a equipe econômica do governo vai propor a inclusão de uma cláusula de calamidade pública na PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo que retira amarras do Orçamento e traz gatilhos de ajuste fiscal.

Raquel Lopes

Não se pode empurrar custo de 'nossa guerra', afirma Guedes

BRASÍLIA Sem mencionar especificamente uma nova rodada do auxílio emergencial, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta (10) que é preciso ter "sensibilidade social", mas ressaltou que não se pode empurrar os custos da "nossa guerra" de maneira irresponsável para as gerações futuras.

"Nos temos um compromisso com as futuras gerações do Brasil. Não temos que pagar pelas nossas guerras. Se nós estamos em guerra com o vírus, nós temos que arcar com essa guerra, e não simplesmente empurrar irresponsavelmente esses custos para gerações futuras", disse.

"Então esse compromisso de sensibilidade social, de um lado, e responsabilidade fiscal, por outro, é justamente a marca de um Congresso reformista, de um presidente determinado e das lideranças políticas construtivas que nós temos hoje no Brasil".

Renato Machado

zido. Ele ofereceu mais recursos, caso seja necessário, para os governadores e prefeitos.

As declarações foram divulgadas em um vídeo nas redes sociais de um dos participantes do encontro.

"A decisão [Inaudível] na ponta da linha são os governadores e prefeitos. O presidente foi deixado de lado em grande parte na sua atribuição, a não ser mandar recursos e meios, o que nós fizemos. Se for preciso, no corrente ano, a gente vai continuar com esse atendimento a vocês, porque vocês não têm quem socorresse-los, [Inaudível] junto a outros", afirmou na gravação.

O governo prepara uma proposta que libera três parcelas de R\$ 200 para trabalhadores informais não atendidos pelo Bolsa Família.

A proposta tem novas exigências para o recebimento do benefício e um novo nome: BIP (Bônus de Inclusão Produtiva), para mudar a visão sobre o programa, que deixaria de ser uma transferência pura de renda para ser tornar um mecanismo de auxílio temporário enquanto os informais buscam um emprego.

Segundo a proposta em discussão, para receber o auxílio, a pessoa precisará participar de um curso para qualificação profissional, bem como ser associado à Carteira Verde e Amarela, programa que deve ser relacionado pelo governo para reduzir encargos trabalhistas e estimular a formalização de pessoas de baixa renda.

No novo formato, o programa custaria pouco mais de R\$ 6 bilhões por mês, isto é, bem abaixo dos R\$ 5,5 bilhões mensais gastos com as parcelas de R\$ 600 pagas a 64 milhões de pessoas em 2020.

Para o Congresso Nacional aprovar o plano, a equipe econômica do governo vai propor a inclusão de uma cláusula de calamidade pública na PEC (proposta de emenda à Constituição) do Pacto Federativo que retira amarras do Orçamento e traz gatilhos de ajuste fiscal.

Raquel Lopes

Não se pode empurrar custo de 'nossa guerra', afirma Guedes

BRASÍLIA Sem mencionar especificamente uma nova rodada do auxílio emergencial, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta quarta (10) que é preciso ter "sensibilidade social", mas ressaltou que não se pode empurrar os custos da "nossa guerra" de maneira irresponsável para as gerações futuras.

"Nos temos um compromisso com as futuras gerações do Brasil. Não temos que pagar pelas nossas guerras. Se nós estamos em guerra com o vírus, nós temos que arcar com essa guerra, e não simplesmente empurrar irresponsavelmente esses custos para gerações futuras", disse.

"Então esse compromisso de sensibilidade social, de um lado, e responsabilidade fiscal, por outro, é justamente a marca de um Congresso reformista, de um presidente determinado e das lideranças políticas construtivas que nós temos hoje no Brasil".

Renato Machado

De novo, o imposto aberração

O ministro da Economia, Paulo Guedes, volta ao ataque, em nova manobra para recriar o malfadado imposto do cheque, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Se um pretexto falha, arranja outro. A justificativa, agora, é arranjar dinheiro para socorrer os pobres. Sem a ajuda emergencial, extinta em dezembro, milhões ficaram desamparados. Na manobra anterior, a contribuição serviria para compensar a desoneração da folha de salários. De vez em quando se explicita, ainda, uma argumentação mais prosaica e sincera: é mais fácil e mais eficiente recolher um tributo cobrado sobre todas, ou quase todas, as movimentações financeiras. Para que discutir se esse imposto seria ruim para a economia e socialmente injusto?

A proposta já é apoiada por parlamentares dispostos a servir ao governo. A discussão é facilitada pelo interesse em aprovar, com urgência, algo parecido com a ajuda emergencial. Poderá ser um auxílio menor e mais barato para o Tesouro, mas qualquer socorro, agora, fará diferença para os mais necessitados. Além disso, quem nunca se importou com pobres pode ter um ganho eleitoral. Já se fala, no Congresso, em arranjar o dinheiro por meio de um tributo temporário. Sem surpresa, e talvez por descuido, a palavra “provisório” foi mencionada por gente do Executivo e do Legislativo.

Esse adjetivo foi usado em

1993, e provavelmente de forma sincera, quando se criou o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). Esse imposto vigorou entre janeiro e dezembro do ano seguinte. Um tributo semelhante, mas sob a forma de contribuição, passou a ser cobrado em 1997. O objetivo declarado era financiar as ações de saúde. Recriada em 1999, a CPMF deveria servir também para reforçar as contas da Previdência, mas o dinheiro nunca foi usado só para essas finalidades. Regularmente recriada, por causa de sua provisoriidade, a contribuição foi extinta em dezembro de 2007, sob lamentos do

Desta vez, a desculpa improvisada é obter dinheiro para ajuda aos desamparados

governo petista.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, vem tentando, com persistência, juntar apoio para recompor essa eficiente – e perigosa – máquina de arrecadação. Ele iniciou essa campanha em 2019, apesar da oposição do presidente Jair Bolsonaro. Recuando em certos momentos, o ministro retoma a campanha quando encontra espaço.

A desoneração da folha de salários foi, por muito tempo, a bandeira do ministro Paulo Guedes em defesa da CPMF. Ele nunca explicou por que a desoneração só seria possível por esse caminho nem discutiu exemplos de outros países. Clareza na argumentação, de toda forma, nunca parece ter sido

sua preocupação. Neste momento, a desculpa é a mobilização de recursos para os mais vulneráveis, mas qualquer finalidade pode ser invocada agora ou depois.

É difícil dizer se o presidente Jair Bolsonaro, conhecido por seu habitual desprezo a assuntos de interesse público, conhece as características principais da CPMF e tem alguma noção do debate sobre o assunto. Ele já se opôs à recriação desse tributo, mas depois pareceu recuar, abrindo uma brecha para a campanha do ministro da Economia. Neste momento, sua posição mais definida é contra qualquer aumento da carga tributária. Mas é incerto se isso deterá o esforço pela recriação da CPMF.

Esse tributo, como já se explicou muitas vezes, é uma aberração. Muitos o confundem com um imposto sobre transações financeiras, mas esse imposto já existe, é conhecido pela sigla IOF, e é perfeitamente justificável. A CPMF é muito diferente. Incide sobre movimentação de dinheiro, de forma cumulativa, e sem vinculação com fatos econômicos específicos. Pode incidir sobre o pagamento de um quilo de batatas, sobre a transferência de dinheiro de um cidadão para sua mãe ou sobre a negociação de um título no mercado financeiro. Essa diferenciação o torna cruelmente regressivo e, portanto, injusto, além de ser, por sua cumulatividade, um fator de irracionalidade econômica. Países com sistemas tributários sérios têm rejeitado esse monstro. Por que o Brasil deveria ter de suportá-lo novamente?

Pacheco descarta imposto temporário

Momento não é para criação de tributo, diz presidente do Senado; governo avalia medida para bancar nova rodada do auxílio emergencial

Daniel Weternan
Emilly Behne / BRASILIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), manifestou resistência em aceitar a criação de um imposto temporário para bancar uma nova rodada de auxílio emergencial. A discussão, como mostrou o 'Estadão', entrou nas conversas feitas entre governo e Congresso Nacional como uma das alternativas para bancar a retomada do auxílio e cumprir a meta fiscal deste ano.

"A criação de imposto é sempre algo traumático, especialmente à luz da discussão de uma reforma tributária, que tem de ser muito mais ampla", disse Pacheco em entrevista no Senado ontem. "O momento de se dimensionar criação ou extinção de tributo é na reforma tributária. Então, nós vamos buscar uma solução dentro de fundamentos econômicos sem a criação de impostos."

O ministro da Economia, Paulo Guedes, condiciona a retomada do benefício no valor de R\$ 200 por três meses à aprovação do Orçamento de 2021 e das propostas em tramitação no Senado que preveem corte de gastos. Além disso, Guedes quer segurança jurídica para a retomada do auxílio, o que seria dado por uma cláusula de calamidade ou uma nova edição da PEC do orçamento de guerra.

"Nós temos um compromisso com as futuras gerações do País. Nós temos de pagar pelas nossas guerras", disse Guedes após a reunião com a presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, Flávia Arruda (PL-DF), e o relator do Orçamento de 2021, Marcio Bitar (MDB-AC). "Se nós estamos em guerra com o vírus, nós temos de arcar com essa guerra e não simplesmente empurrar irresponsavelmente esses custos para as gerações futuras", afirmou o ministro.

O Congresso, porém, pressiona pelo auxílio assistencial, mas sem garantias de redução de despesas em tempo hábil. "Eu me elegi defendendo essa agenda, só que a retomada da agenda econômica e da agenda das reformas, as pessoas que precisam comer não vão esperar", afirmou Bitar em entrevista a jornalistas.

Em declaração à imprensa, Guedes evitou comentar sobre a possibilidade de um novo crédito extraordinário neste ano para bancar o auxílio. Esse instrumento deixaria a despesa fora do teto, mas aumentaria a dívida da União. Há dúvidas, porém, sobre se uma nova rodada pode ser considerada uma despesa imprevisível.

Endividamento. Em agenda com prefeitos, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que uma nova rodada de auxílio emergen-



LEILÕES DIÁRIOS ONLINE

Diversas Oportunidades com **IPVA 2021 PAGO**

ENVIE SEU LANCE EM: WWW.SODRESANTORO.COM.BR

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE



Guerra ao vírus. Paulo Guedes afirmou que "nós temos de pagar pelas nossas guerras"

cial está sendo discutida, mas que o governo não tem "dinheiro no cofre" para bancar a retomada do benefício, o que deve afetar o endividamento do País.

"A arrecadação esteve praticamente equivalente no município tendo em vista o auxílio

emergencial, que volta a ser re-discutido. Não é dinheiro que eu estou tirando do cofre, é endividamento. Isso é terrível também", declarou o presidente aos prefeitos.

Com o aumento de despesas públicas em função da pande-

mia do novo coronavírus, a dívida pública fechou 2020 em R\$ 6,615 trilhões, o que representa o patamar recorde de 89,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Bolsonaro ainda indicou que o governo poderá dar novo apoio a municípios neste ano. O

chefe do Executivo voltou a dizer que as medidas "na ponta linha" de combate à pandemia da covid-19 foram tomadas por governadores e prefeitos, enquanto ao governo federal coube enviar "recursos e meios".

"O presidente foi deixado de lado em grande parte das suas atribuições, a não ser mandar recursos e meios, o que nós fizemos. Se for preciso, no corrente ano, a gente vai continuar com esse atendimento a vocês (prefeitos) porque vocês não têm quem socorrer-los", disse o presidente em breve reunião com prefeitos no Ministério da Educação.

No ano passado, o governo federal direcionou socorro financeiro a Estados e municípios para o enfrentamento da crise sanitária do novo coronavírus. Ao contrário da União, que terminou 2020 com rombo recorde nas contas públicas, governadores e prefeitos fecharam o azul no ano passado, graças à ajuda do governo federal.

Congresso tem comissão para Orçamento 2021

Daniel Weternan / BRASILIA

O Congresso instalou ontem a Comissão Mista de Orçamento (CMO) para discutir o Orçamento de 2021. A comissão foi oficialmente aberta pelo senador Paulo Rocha (PT-PA), que preside a sessão por ser o integrante mais velho do colegiado. A deputada Flávia Arruda (PL-DF) foi eleita para comandar a comissão.

O governo pediu ao Congresso a aprovação do Orçamento até a metade de março. Por enquanto, o Executivo está autorizado a executar apenas parte das despesas previstas para o ano. "Votaremos esse Orçamento até antes do fim de março", afirmou Flávia Arruda durante a instalação da comissão.

Conforme o **Estadão** mostrou em janeiro, o pagamento de salários para servidores, inclusive militares, e de outras despesas pode ficar ameaçado pela demora na aprovação do projeto.

A preocupação central do governo é com uma parcela do Orçamento, equivalente a R\$ 453,7 bilhões, que está condicionada à aprovação de outro projeto no Congresso. Em função da regra de ouro (que proíbe o governo de se financiar para bancar gastos correntes), esse montante depende da aprovação de uma nova proposta pelos parlamentares após a sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), principal mecanismo de financiamento da educação básica, também corre risco. Da complementação da União no financiamento, R\$ 14,4 bilhões estão condicionados à abertura de um crédito suplementar no Orçamento, o que só pode ser feito após sua aprovação. Se não houver votação, há um risco de paralisação no Fundeb a partir de abril.

O funcionamento "relâmpago" da CMO provocou reação de parlamentares e ameaça de debandada, conforme o **Estadão/Broadcast** antecipou. Nos bastidores, deputados e senadores disputam indicações para a próxima composição da comissão, a que discutirá o Orçamento de 2022.

Pelas regras do Congresso, um parlamentar não pode ser integrante da comissão por dois orçamentos consecutivos. Para isso, o Congresso quer discutir um projeto que altere essa norma. A comissão para o Orçamento de 2022 deve ser instalada no fim de março.

**CELSO
MING**



E-MAIL: celso@cpmf.com.br

A ideia de nova CPMF. Desta vez, 'provisória'

A proposta de criação de um "imposto temporário", com as características da antiga CPMF (o imposto do cheque), para enfrentar as despesas de um novo auxílio emergencial, não passa de uma tentativa de aproveitar a emergência e a confusão da pandemia para "passar a boiada".

Certas áreas do Congresso e do governo parecem pretender decretar um estado excepcional "de guerra" ou um estado de calamidade pública, para justificar mais esse avanço sobre o bolso do contribuinte.

São várias as cercas que pretendem pular. O plano é travestir o tributo de contribuição social para escapar do princípio da anualidade. De acordo com esse princípio, um imposto não pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro (art. 150 da Constituição). A exceção é para a contribuição social.

A outra cerca a ser invadida é a reiterada garantia do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que não haverá aumento da carga tributária. Se viesse, esse imposto seria compensado com a remoção de outros. O plano do ministro era que esse tributo substituísse a desoneração da folha de pagamentos das empresas, de modo a ajudar na manutenção e na criação de empregos. Como sabe que se fosse temporário esse imposto mataria o projeto de substituição da desoneração, talvez, o Ministério da Economia acabe por vetá-lo.

A ideia de que essa contribuição seria "provisória" sempre foi um embuste. A CPMF tinha "provisória" até mesmo no sobrenome: Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Mas a provisória foi ficando, virou permanente. Só foi revogada dez anos depois da sua criação, em 2007, graças às pressões da sociedade.

Outra marotagem conhecida é a de que o novo tributo teria destinação exclusiva. No caso, a arrecadação dessa



WELTON JUNIOR/ESTADÃO (9/5/2020)

Nova CPMF. Como cobrir o auxílio?

nova contribuição seria usada apenas e tão somente para cobrir as despesas da nova ajuda aos brasileiros afetados pela pandemia do novo coronavírus. A velha CPMF também começou com essa conversa. O então ministro Adib Jatene defendia a CPMF como inevitável "para cobrir despesas com saúde". Mas, logo se viu, o que foi arrecadado se destinou ao caixa comum. Virou um imposto como outro qualquer.

Ou seja, mais uma vez, o governo ou os políticos pretendem se aproveitar da situação difícil da população mais pobre para criar mais um imposto fácil de arrecadar, que não exige declaração prévia, nem cálculos sofisticados, nem mesmo auditorias. É surrupiado automaticamente da conta bancária pelo sistema de informática do banco, a cada movimentação financeira.

E não se trata de um imposto indolor destituído de efeitos colaterais nocivos. Incide em cascata (tributo cumulativo), que onera cada etapa da produção. Por isso, é proibido pela Constituição. Além disso, sobrecarrega as exportações, na medida em que o tributo não pode ser extraído do preço final do produto exportado, como se fosse um IPI ou um ICMS.

Essa proposta pode não passar de balão de ensaio. Nesse caso, serve para testar a capacidade de resistência da sociedade a essas esquisitices.

*
COMENTARISTA DE ECONOMIA



AUNT JEMIMA

Pepsi rebatiza marca considerada racista

Nome será Fears Milling Company. Movimento cresceu após protestos do Black Lives Matter globo.com/2020/03/11/pepsi-rebatiza-marca-considerada-racista/

PRIORIDADE DO PLANALTO

BANCO CENTRAL GANHA AUTONOMIA

Presidente e diretores da autarquia terão mandatos fixos



Câmara. O presidente da Casa, Arthur Lira, na votação em rede social, ele afirmou que a autonomia do BC é uma "conquista histórica" para o Brasil, que representa o "engajamento do Legislativo"

GABRIEL SEINHORA, BRUNO GÓES E JOÃO SORIMA NETO www.oglobo.com.br/brasil/noticia/2021/02/11/brasil-autonomia-do-banco-central.html

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o projeto de lei que determina a autonomia do Banco Central (BC). O texto era uma das propostas da lista de prioridades entregue pelo governo ao novo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e foi escolhido para sinalizar o apoio do Legislativo à agenda liberal defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes — embora o avanço em outras pautas, como a reforma tributária e

as privatizações, seja considerado mais difícil. A medida tem como principal objetivo blindar a autoridade monetária de eventuais interferências políticas ao estabelecer, entre outros pontos, mandato fixo para o seu presidente.

O projeto foi aprovado na Câmara por 339 votos a favor, 114 contrários e uma abstenção. Como foi analisado pelo Senado no ano passado, segue para sanção presidencial.

Em uma rede social, Lira classificou a proposta de "conquista histórica do país", fruto do "engajamento do Legislativo". Já a autoridade mo-

netária afirmou, em nota, que a medida "proporcionará maior confiança de que o Banco Central será capaz de cumprir seus objetivos".

A diretoria do BC também terá mandato fixo. Além disso, o presidente da República não poderá demitir seus membros sem que eles apresentem "comprovado e recorrente" desempenho insuficiente e sem a aprovação da maioria absoluta no Senado.

30 ANOS DE DISCUSSÃO

A proposta de lei que o mandato de um presidente do BC terá duração de quatro anos, começando no terceiro ano

de mandato do presidente da República. Dessa forma, as gestões seriam intercaladas. Cada presidente do BC trabalhará dois anos em cada mandato presidencial. Já os diretores serão trocados em duplas a cada início de ano.

O texto estabelece ainda três objetivos secundários: zelar pela estabilidade e eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e o fomento ao pleno emprego. Este último objetivo causou discussão quando a proposta estava sendo analisada pelo Senado no fim do ano passado, mas foi aceito pelo presidente da au-

tarquia, Roberto Campos Neto. A preocupação é que a medida causaria um duplo mandato para o BC, o que poderia dificultar o andamento da política monetária.

A aprovação da medida ocorre após mais de 30 anos de discussão. Em 1989, o então senador Itamar Franco apresentou um projeto sobre o tema, que, junto a outros textos, estava em tramitação até 2019. O debate voltou a esquentar em 2019, quando a proposta recebeu apoio do então presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Com o início da pandemia, o projeto ficou

na gaveta, o que acirrou o atrito entre Guedes e Maia.

Já em setembro, outro texto com teor parecido foi aprovado no Senado. De autoria do senador Plínio Valério (PSDB-AM), o projeto ganhou apoio do novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para marcar o início de sua gestão na Casa. No fim da semana passada, Lira trocou o relator do projeto: tirou Celso Maldaner (MDB-SC), indicado por Maia, e colocou Silvío Costa Filho (Republicanos-PE), da base que o apoiou na eleição. A proposta ganhou tração e foi colocada na pauta de votação.

Após a aprovação, Costa Filho afirmou que a medida contribui para que um BC autônomo cumpra o papel de controle da inflação e do equilíbrio da taxa de juros:

— O maior aliado da geração de emprego e renda são os juros baixos, porque, quando tem juros baixos, o setor produtivo tende a investir para gerar emprego e renda.

NÃO SERÁ COMO FED

Mesmo com a aprovação de sua autonomia, o BC brasileiro não será o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, que opera com total independência do governo na condução da política monetária para manter preços estáveis e nível de emprego, dizem especialistas. O Banco Central do Brasil é o único, entre os países que adotam meta de inflação, cuja diretoria não tem mandato fixo.

— Não acredito que vai ter a mesma liberdade (que o Fed). Aqui a instituição sempre esteve sob a tutela do Ministério da Economia. Então não vai ser muito diferente do que temos hoje — diz Sidnei Nelame, economista e diretor executivo da NGC Corretora de Câmbio. Fabrizio Velloni, economista-chefe da Frente Corretora de Câmbio, observa que hoje o governo coloca na presidência do BC pessoas com a mesma posição político-econômica.

— Um presidente do BC que não seja alinhado como governo pode gerar algum tipo de atrito, aumentando a incerteza do mercado sobre as políticas econômicas — diz Velloni, ressaltando que a indicação de um presidente com perfil técnico reduziria esse risco.

A economista Juliana Inahiz, professora de Insuper, alerta sobre a questão do emprego:

— O BC, pelas condições de política monetária, controla a inflação. E o emprego deve ser consequência dessa boa política monetária.

Câmara conclui votação de projeto de conta em dólar

Proposta que vai ao Senado não permite a abertura imediata, mas dá ao BC prerrogativa para regulamentar o processo

BRUNO GÓES E GABRIEL SEINHORA www.oglobo.com.br/brasil/noticia/2021/02/11/brasil-autonomia-do-banco-central.html

A Câmara dos Deputados concluiu, na noite de ontem, a votação do projeto que propõe alterações na legislação do mercado de câmbio

do país e amplia as possibilidades para a abertura de conta em dólar no Brasil. Agora, o texto vai para o Senado.

A proposta foi enviada pelo Banco Central (BC) para o Congresso em outubro de 2019 e é uma das etapas para

tornar o real mais conversível no exterior. O objetivo é que a moeda possa ser mais usada em outros países, além de auxiliar o trabalho de exportadores e importadores.

O texto principal havia sido aprovado em dezembro. Cri-

tem foi a discussão dos destaques apresentadas pela oposição, que foram rejeitados.

O projeto estabelece que compete ao BC regulamentar as contas em moeda estrangeira no país, "a exemplo do que já é permitido nas eco-

nomias avançadas e nas principais economias emergentes", segundo a autarquia.

A aprovação do projeto não possibilita a livre abertura de contas em moedas estrangeiras de imediato, mas dá ao BC a prerrogativa

de regulamentar o processo.

Hoje, as contas em moeda estrangeira são permitidas em alguns casos: agentes que operam no mercado de câmbio, emissores de cartão de crédito internacional e prestadores de serviço de turismo.

A oposição tentou derrubar a sessão, como o argumento de que a medida pode causar volatilidade do dólar e até provocar a dolarização da economia brasileira, como ocorreu na Argentina.

Relator do Orçamento diz que quem passa fome 'não pode esperar'

Em meio a debate sobre auxílio emergencial, senador Bittar defende ajuda a vulneráveis. Guedes pede ajuste fiscal em troca

JULIA LINDEY E GERALDA DOCA
reportagem especial

Designado relator do Orçamento de 2021, o senador Márcio Bittar (MDB-AC) disse ontem que as pessoas que passam fome no país "não podem esperar" a aprovação das reformas. Segundo ele, é preciso encontrar uma solução para viabilizar um programa de ajuda aos vulneráveis e, ao mesmo tempo, fazer sinalizações pela retomada da agenda econômica com a inclusão de propostas de emenda à Constituição (PEC) emergenciais na peça orçamentária.

—As pessoas que precisam comer não vão esperar. Eu já disse desde o ano passado que elas (reformas) precisam caminhar juntas. Agora, é fundamental como sinal de responsabilidade que, ao apresentar a peça orçamentária, dentro dela esteja a solução para os brasileiros que ainda precisam do Estado, estejam também as PECs emergenciais, dos gatilhos.

Bittar —que também é relator da PEC Emergencial e do pacto federativo— referiu-se a propostas de emenda constitucional que permitem redução de gastos obrigatórios em

quadros excepcionais.

O Congresso instalou ontem a Comissão Mista de Orçamento (CMO), que será presidida pela deputada Flávia Arruda (PL-DF). Bittar e Flávia se reuniram com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para debater a medida.

PAGAR PELAS GUERRAS

Após o encontro, Guedes reforçou a ideia defendida pelos chefes do Legislativo de que é preciso ter "sensibilidade social" atrelada a responsabilidade fiscal:

— Temos um compromisso com as futuras gerações.



Agências paralelas. Bittar defende a ajuda aos vulneráveis e, ao mesmo tempo, a retomada da agenda econômica

Temos que pagar pelas nossas guerras. Se temos guerra com o vírus, nós temos que arcar, e não simplesmente empurrar irresponsavelmente esses custos.

Na reunião com Bittar e Flávia, Guedes indicou que é contra a criação de um imposto para bancar o auxílio emergencial, como chegou a ser ventilado por parlamentares ontem no Congresso. Guedes defende que o pagamento do benefício precisa ser compensado com cortes de gastos.

Caso isso não seja possível por resistência política, a equipe econômica ainda não definiu uma alternativa. Na visão de técnicos do Tribunal de Contas da União (TCU), a aprovação de uma PEC semelhante à elaborada ano passado daria ao governo respaldo legal para elevar os gastos, sem infringir as regras fiscais.

O entendimento é que, com essa PEC, o governo não precisaria reeditar o decreto de calamidade pública por causa da pandemia. O líder do governo

na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR), disse acreditar na aprovação dessa PEC "se houver unanimidade, ninguém pode ser contra".

Ontem, questionado sobre como o Congresso financiaria uma nova rodada do benefício, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que a solução para o problema dependia da equipe econômica:

— Quem tem que achar (espaço fiscal) é a Economia, não eu. (Colabora Bruno Góes)

INSS: antecipação do 13º de aposentados deve atrasar

Medida, que tem potencial de injetar R\$ 26 bilhões na economia, pode ficar para abril, pois depende da aprovação do Orçamento

GERALDA DOCA
reportagem especial

Aposentados e pensionistas do INSS não devem receber a primeira parcela do 13º salário neste mês, conforme vinha sendo sinalizado pelo governo. O motivo para a mudança de planos é a demora na aprovação do Orçamento.

Segundo técnicos, o sinal de que o benefício não será antecipado é o fato de a folha de pagamentos de fevereiro já ter começado a ser processada sem o adiantamento natalino.

A aprovação da proposta orçamentária é importante para destravar a medida. O governo separou R\$ 704,4 bilhões para pagar benefici-

os previdenciários. Isso, no entanto, ainda depende do aval do Legislativo.

Sem a aprovação do Orçamento, todos os gastos da União ficam limitados a uma parcela dessa previsão, o que dificulta a margem de manobra para as despesas.

Além disso, 38% do valor previsto para a Previdência de-

pendem de autorização especial do Congresso para que o Executivo se endivide além do permitido pela chamada regra de ouro. Esses recursos só poderão ser liberados após o Orçamento ser aprovado.

Como a expectativa é que a proposta orçamentária somente seja votada pelo Congresso em março, é possível

que a antecipação da primeira parcela do 13º dos segurados fique para abril.

30 MILHÕES DE BENEFICIADOS

A antecipação do 13º do INSS tem potencial para injetar cerca de R\$ 26 bilhões na economia, beneficiando quase 30 milhões de pessoas.

O plano inicial da equipe

econômica era pagar a primeira parcela do 13º em fevereiro, e a segunda, em março, para estimular a atividade econômica, diante do aumento de casos de Covid-19.

Até agora, o governo conseguiu apenas antecipar o calendário de pagamento do abono do PIS/Pasep para os trabalhadores nascidos em maio e junho. Eles começaram a receber os recursos no último dia 9.

Feram beneficiados 8,6 milhões de trabalhadores, que poderão receber R\$ 7,3 bilhões no total.

Vendas do varejo despencam 6,1% em dezembro

Analistas do mercado estimavam queda bem menor, de 0,6%. Resultado já reflete pagamento reduzido do auxílio emergencial, e previsão é de primeiro trimestre ainda difícil. No ano de 2020, setor avançou 1,2%

RAFAELA RIBAS
rafaela.ribas@oglobo.com.br

As vendas no varejo tiveram uma queda forte de 6,1% em dezembro do ano passado, na comparação com novembro, frustrando expectativas. Embora no acumulado de 2020 o comércio tenha registrado alta de 1,2% num ano marcado pela pandemia, o setor está longe de se recuperar da crise.

O resultado divulgado ontem pelo IBGE reflete a montanha-russa vivida pelo setor no ano passado. Houve forte retração em março e abril, após o fechamento das atividades para conter o coronavírus, e, depois, uma retomada acelerada a partir de maio com o pagamento do auxílio emergencial.

O fim do benefício e dos incentivos a empresas em dezembro, a alta do desemprego e da inflação e os números do fim de 2020 reforçam agora a expectativa de resultados ainda piores em janeiro e fevereiro. Indicadores preliminares do mês passado já apontam isso.

Para analistas, o setor só deve reagir a partir do segundo semestre, com o avanço da vacina e possíveis novas medidas do governo para enfrentar a crise, como a retomada do auxílio.

Um dos agravantes da situação desfavorável no início do ano é que os comerciantes começam a pagar dívidas feitas no ano passado sem ainda ter recuperado caixa. Com a segunda onda da pandemia, muito menos gente circula no comércio.

Um levantamento realizado pelo Sebrae, em novembro, mostra que pelo menos 4% dos pequenos negócios não aguentaram e fecharam as portas no país

O COMÉRCIO E O IMPACTO DO BENEFÍCIO



OS VALORES PAGOS EM AUXÍLIO EMERGENCIAL (VALORES EM R\$ BILHÕES)



VOLUME DE VENDAS DO VAREJO EM 2020 (BILHÕES)



Fuente: IBGE, Tesouro Nacional

em janeiro. No Rio, esse número sobe para 5%.

Sérgio Obeid, dono da loja de roupas Obeland, no Centro do Rio, teve de adotar diversas medidas ao longo de 2020 para conseguir manter seu negócio, como a redução de 70% da jornada de trabalho e salário de funcionários permitida pela medida provisória (MP) 936, que expirou em dezembro. Agora, sem o alívio na folha de pagamentos, ele sente a queda no seu faturamento.

PRÉVIAS APONTAM QUEDA

Para o comerciante, a continuação de programas assistenciais ajudaria estabelecimentos como o dele: — O auxílio emergencial movimentou a economia. As pessoas recebem o dinheiro e vão para o consumo. Isso gira a economia como um todo. Acho que a manutenção dos programas do ano passado já seria suficiente.

O gerente da pesquisa do IBGE, Cristiano Santos, afir-

ma que o resultado do varejo em dezembro é um reposicionamento natural de desempenho do setor, já que o patamar estava muito alto com a recuperação das vendas em outubro e novembro. No momento em que houve alguma flexibilização das medidas de isolamento, o comércio chegou a ultrapassar o patamar pré-pandemia, de fevereiro. Agora, mergulha de volta na crise.

Os dados do IBGE para o varejo em janeiro só serão divulgados no mês que vem, mas, bancos e consultorias já trabalham com prévias bem negativas. O Índice Getnet de Vendas do Comércio Varejista Brasileiro (iGet), desenvolvido pelo Santander em parceria com a Getnet, empresa de meios de pagamentos controlada pelo banco, apontaram queda de 12,6% e de 10,5% em janeiro no varejo restrito e no amplo, respectivamente, descontados os valores sazonais. A Confederação Nacio-

nal do Comércio (CNC) revisou de 3,9% para 3,5% sua expectativa quanto ao crescimento das vendas em diante do quadro do fim do ano e da inflação ainda elevada. Também pesa na conta a perspectiva de altas nos juros pelo Banco Central e a indefinição quanto à retomada do auxílio emergencial em 2021.

'EMPURRÃO' DO GOVERNO

Segundo o vice-presidente de Finanças da Getnet, Gustavo Bahia, os números reforçam as previsões de que

as vendas sofreriam os efeitos do fim do auxílio emergencial, que desacelerou o consumo das famílias. Nos últimos quatro meses do ano, o benefício de R\$ 600 foi reduzido para R\$ 300 mensais, o que já impactou os números do comércio. — Alguns fatores poderão contribuir para reversão deste cenário, como o avanço da vacinação, e fim das restrições a atividades e um possível retorno de incentivos fiscais que está em discussão — avalia Bahia.

Analistas esperam uma

reação do comércio no segundo semestre, mas avaliam que, até lá, só uma retomada do auxílio poderá impulsionar o varejo, além de reformas e incentivos pontuais a setores específicos.

Lisandra Barreto, economista da XP Investimentos, acredita que o maior desafio para o comércio é este primeiro trimestre de 2021. Para ela, microrreformas ensaiadas pelo governo para estimular empregos, como desburocratizar e reduzir custos de contratações, seriam bem-vindas: — O que sustentou (o varejo) no ano passado foi a manutenção de renda e outros estímulos. Para 2021 como um todo, porém, ainda temos um cenário de recuperação, por causa do ciclo de normalização, da vacinação em grande escala e da retomada gradual do emprego.

O Itaú Unibanco espera que os dados de janeiro venham levemente melhores, seguidos por desaceleração em fevereiro e março. O motivo, segundo o economista

do banco Luka Barbosa, é que as taxas de juros ainda baixas favoreceram o crédito, compensando parte do efeito do fim do auxílio. (Colaborou Bernardo Yoneshigue, estagiário sob supervisão de Glauce Cavakanti)

Governo reedita e amplia medida que facilita empréstimo

Texto dispensa a apresentação de diversos documentos até 30 de junho

matéria

O governo publicou ontem medida provisória (MP) para facilitar o acesso a crédito por pessoas físicas e empresas no país, dispensando a exigência de apresentação de documentos na contratação do empréstimo até 30 de junho. Na prática, traz de volta as regras que vigoraram de abril a setembro do ano passado. A mudança, agora, é que ela passa a permitir que essa flexibilização da papelada exigida do cliente seja aberta também aos bancos privados, além dos públicos.

Essa é a primeira ação do ano do governo voltada para estimular o crédito, como parte das ações para mitigar os efeitos da pandemia sem impactar as contas públicas. No ano passado, a lista incluiu a liberação de empréstimos compulsórios, recursos de instituições financeiras que ficam retidos no Banco Central.

Entre os documentos que não serão mais cobrados estão a comprovação de quita-

ção de tributos federais, certidão negativa de inscrição na Dívida Ativa da União, certidão de quitação eleitoral, regularidade (o chamado crédito direcionado).

Empréstimos e renegociações, no entanto, continuarão sem poder ser feitos com quem tem débitos com o INSS, já que essa é uma exigência da Constituição. A MP também não se aplica às operações que têm os recursos do FGTS como fonte, como financiamentos de imóveis.

A nova MP vai passar pela análise de uma comissão mista composta por membros da Câmara e do Senado. Depois, vai a plenário nas duas casas para que seja aprovada.

to (CND) pelas empresas que contratarem crédito o riundo de recursos captados por meio de caderneta de poupança (o chamado crédito direcionado).

A nova MP vai passar pela análise de uma comissão mista composta por membros da Câmara e do Senado. Depois, vai a plenário nas duas casas para que seja aprovada.

A nova MP vai passar pela análise de uma comissão mista composta por membros da Câmara e do Senado. Depois, vai a plenário nas duas casas para que seja aprovada.



Saúde e bem-estar Saúde Dermatológica

A beleza da pele, do cabelo e da unha deve começar pela saúde. O Encontros O Globo vai reunir especialistas para falar sobre os diversos cuidados que devemos adotar para ter uma pele e uma vida mais saudável. Participe desta conversa.

CONVIDADAS



Dra. Mayara Nascimento
Coordenadora do Centro de Dermatologia CDEM e Dermatologista Especialista pela SBC



Dra. Alessandra Zawadzki
Fiel da dermatologista pela SBC e pela SBCD

MEDIAÇÃO



Constança Tatsch
Repórter do jornal O Globo

COORDENAÇÃO

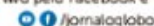


Dr. Cláudio Domênico
Doutor e Mestre em Dermatologia pela UFRJ e membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro

HOJE, ÀS 10H

INSCREVA-SE EM [ENCONTROSOGLOBO.COM.BR](https://encontrosoglobo.com.br)

Transmissão ao vivo pelo Facebook e YouTube do Globo



Patrocínio:



Realização:



SECRETARIA DA CASA CIVIL
Rua de Leticia - Freguesia Ferreira - CEP: 1 - Licitação sem Item Exclusivo para Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedor Individual - MEI. Processo Nº 000.210.015/2021. OBRAS - Objeto: Serviço de locação de recursos de tecnologia da informação para processo de contratação digital, contratação digital, instalação e manutenção de Estações de Trabalho de tipo Laptop para atendimento às demandas dos usuários da Casa Militar do Governo do Estado de Pernambuco, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência. Valor estimado mensal: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais). Proposta de 23/02/2021, às 20:30h, início de entrega: 23/02/2021, às 10:00h (Início de Entrega). Os editais são sempre enviados disponíveis no site: www.licitacoes.gov.br ou www.pernambuco.gov.br. Outras informações: (51) 3181.2482. Assin: 10/02/2021. Analis: 01/03/2021. Ferreira, Prágora.

Busca por recursos inclui responsabilidade fiscal, diz Guedes

Ministro volta a dizer que não se pode empurrar gastos para gerações futuras

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

11/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, sinalizou nesta quarta-feira que há o compromisso do governo em encontrar solução para retomar o pagamento do auxílio emergencial com responsabilidade fiscal.

O chefe da equipe econômica ressaltou que é preciso que não empurre irresponsavelmente esses gastos para gerações futuras.

A declaração foi dada após reunião dele com a nova presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO), deputada Flávia Arruda (PL-DF), e com o relator do Orçamento de 2021, senador Márcio Bittar (MDB-AC).

“Bolsonaro sempre disse que saúde e economia vão juntos. [Rodrigo] Pacheco e [Arthur] Lira também disseram que precisamos ter a sensibilidade social de um lado, vendo efeitos que a pandemia deixou e ainda ameaça os brasileiros, mas, de outro lado, sempre disseram que tem que ser com responsabilidade fiscal”, declarou o ministro da Economia a jornalistas



O Valor Econômico gostaria de enviar notificações das principais notícias para você.

NÃO, OBRIGADO

Aceito

O relator do Orçamento disse que não especulará sobre o parecer nos próximos dias e repetiu o que já havia afirmado na instalação da Comissão Mista de Orçamento. “Ao mesmo tempo que continuaremos olhando para brasileiros que precisam do Estado, também acenaremos com a retomada da agenda de austeridade fiscal e da reforma do Estado”, afirmou Bittar.

A presidente da CMO afirmou que a reunião com Guedes foi “uma visita de cortesia” e que, com a instalação do colegiado, é iniciado um “diálogo de construção” do orçamento.

“O fundamental nesse momento é priorizarmos a vacina, a distribuição de renda e a retomada de empregos e da economia”, declarou a deputada Flávia Arruda ao final do encontro.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Ar condicionado portátil coloca um fim em contas elétricas caras

ARCTIC AIR ULTRA™

LINK PATROCINADO

A ideia desse relógio militar é brilhante!

RELÓGIO STRONG SHOCK



O Valor Econômico gostaria de enviar notificações das principais notícias para você.

NÃO, OBRIGADO

Aceito

Câmara aprova autonomia do Banco Central

Campos Neto terá mandato até 2024 e terá de fomentar o emprego “na medida das possibilidades”

Por Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

11/02/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Lira: “O trabalho em torno de pautas centradas no interesse nacional é a melhor resposta que as instituições podem dar” — Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 339 votos a 114, projeto de lei que dá autonomia para o Banco Central (BC), com mandatos para o presidente e diretores e metas secundárias além da busca pelo controle da inflação. Todas as tentativas de alteração do texto foram rejeitadas e a proposta seguirá para a sanção presidencial.

O projeto foi o primeiro aprovado na gestão do novo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), numa tentativa de sinalizar ao mercado financeiro a disposição em retomar as reformas econômicas. Nas redes sociais, ele defendeu que o texto blindará a autoridade monetária de “quaisquer ingerências políticas”. “O trabalho conjunto em torno de pautas centradas nos mais elevados interesses nacionais é a melhor resposta que as instituições podem dar para que o país supere suas dificuldades e recupere sua prosperidade para o nosso povo”, afirmou Lira.

O BC manterá a missão “fundamental” de assegurar a estabilidade monetária [controlar a inflação], mas passará a também perseguir, “na medida de suas possibilidades”, o fomento ao pleno emprego no país. Outros objetivos secundários serão garantir a estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro e suavizar as flutuações do nível de atividade econômica.

A busca do pleno emprego foi um dos principais debates no plenário. A oposição tentou transformar isso num objetivo primário, enquanto o Novo defendeu a rejeição. “O Banco Central deve se concentrar na estabilidade da moeda, e tão somente isso, e não em outras funções adjacentes, que inclusive são conflitantes”, disse o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ).

O relator, deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), defendeu a rejeição dessas emendas dizendo que o Banco Central não terá metas de emprego nem a obrigação de gerá-los. “Não é isso. O Banco Central tem que ter a sensibilidade sobre os empregos. Na hora em que você tem a taxa de juros baixa, o cara que é rentista vai precisar investir na economia, no comércio, na indústria, gerar empregos”, afirmou.

As metas a serem perseguidas serão definidas pelo Comitê Monetário Nacional (CMN), formado hoje pelo ministro da Economia, pelo presidente do BC e pelo secretário especial da Fazenda. Economistas favoráveis dizem que, assim, quem definirá os objetivos é o presidente da República, que terá dois dos três votos.

O presidente e os diretores do BC terão quatro anos de mandato, não coincidentes com o do presidente da República, responsável pela indicação deles. Para a oposição, isso significa entregar a gestão da taxa de juros ao sistema financeiro. “Em vez de ficar a serviço do interesse do mercado financeiro, a Câmara deveria estar debatendo, a retomada do auxílio emergencial, para garantir condições mínimas de dignidade para o povo”, disse o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Outra discussão foi a falta de uma quarentena para que os diretores e presidente do Banco Central não possam trabalhar em instituições financeiras ou consultorias logo após deixarem o cargo, mas todas as emendas foram rejeitadas.

A aprovação do presidente do BC e dos diretores ocorrerá pelo Senado. Já a saída também dependerá do apoio da maioria dos senadores e poderá ocorrer por enfermidade, a pedido ou por condenação judicial, e também por “comprovado e recorrente desempenho insuficiente”, por recomendação do CMN.

O atual presidente, Roberto Campos Neto, terá mandato até 31 de dezembro de 2024 - metade do governo do próximo presidente da República - caso tenha sua indicação confirmada pelo presidente Jair Bolsonaro, sem necessidade de passar de novo pelo Senado. Os oito diretores terão mandatos escalonados entre o fim de 2021 e de 2024.

Com a aprovação, o presidente do Banco Central perderá o status de ministro. Parlamentares do Centrão esperam que isso dê início as mudanças ministeriais, com o deslocamento de Onyx Lorenzoni do Ministério da Cidadania para a Secretaria-Geral da Presidência. O Republicanos indicou o deputado João Roma (BA) para a Cidadania.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O óculos que chegou para desbancar as grandes marcas com um preço justo

THINGTEX

Indústria paulista reclama de aumento do ICMS

Empresas alertam para desvantagem comercial em relação a empacotadores de Paraná e Minas Gerais

Por **Fernanda Pressinott** — De São Paulo

11/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A indústria paulista de feijão reclama que o aumento da alíquota de ICMS no Estado criou uma desvantagem comercial para as empresas instaladas em São Paulo em relação aos empacotadores de Paraná e Minas Gerais. Em carta enviada no fim do mês passado ao secretário da Agricultura, Gustavo Junqueira, a Associação Brasileira de Feijões e Legumes Secos (Abrafe) pediu a revogação do decreto nº 65.255 do governador João Doria, que entrou em vigor em 15 de janeiro. Até agora, contudo, não obteve resposta.

O decreto estabelece que o crédito outorgado sobre o valor do feijão comercializado no Estado agora é de 4,5%. Antes, era de 6%. “O ICMS interno era 7%, mas o governo do Estado dava um crédito de 6%, de forma que a carga tributária ficava em 1%. Com a nova lei, o governo passou a dar um crédito tributário de 4%, então a carga efetiva paga todo mês ficou em 2,5%. Ou seja, uma alta de 150% no ICMS”, afirma Mauro Bortolanza, vice-presidente da Abrafe, que representa as indústrias paulistas.

“Estamos sofrendo ataque dos Estados vizinhos sobre nossos clientes. De Minas Gerais para São Paulo não tem imposto para mandar feijão pronto; do Paraná para São Paulo é 1%. Isso é uma concorrência desleal. Nós geramos emprego e renda no Estado e estamos perdendo mercado”, diz. “Outra questão é que feijão é primordial para a alimentação dos brasileiros. Com esses aumentos, depois da elevação do diesel e de outros custos, como as pessoas vão comprar comida?”, questiona.

Procurada pelo **Valor**, a Secretaria da Agricultura não respondeu até o fechamento desta edição. Outros setores reclamaram do aumento da tributação no Estado e, em 15 de janeiro, o governo revogou a alta para insumos, hortifrutigranjeiros e energia elétrica. O feijão não foi contemplado.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O óculos que chegou para desbancar as grandes marcas com um preço justo

THINGTEX

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Ar condicionado portátil coloca um fim em contas elétricas caras

ARCTIC AIR ULTRA™

LINK PATROCINADO

A ideia desse relógio militar é brilhante!

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Os descontos da Amaro aumentaram! Confira aqui

AMARO

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Depois de troca de farpas entre Maia e ACM Neto, bancada do DEM diz que saída de Maia 'ajudará a pacificar o partido'

VALOR INVESTE

Mercado coloca um pé atrás diante das prioridades de Bolsonaro

PEC Emergencial pode poupar até R\$ 79 bi para Estados e municípios

Cenário previsto por economista depende de aprovação de medidas como corte de salários e jornada

Por **Fabio Graner** — De Brasília

11/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A PEC Emergencial, projeto em tramitação no Senado proposto pelo governo e uma das maiores ambições do ministro da Economia, Paulo Guedes, deve gerar uma economia entre R\$ 35 e R\$ 79 bilhões em dez anos para o conjunto dos Estados e municípios, a depender de como for aprovada (com ou sem possibilidade de corte de jornada e salários). A estimativa está em nota técnica elaborada pelo economista Daniel Duque para o Centro de Liderança Pública (CLP) e antecipada ao **Valor**.

“A PEC Emergencial, se aprovada, terá significativa capacidade de permitir que ajustes fiscais sejam feitos com maior qualidade e menor custo político. O setor público tem tido grandes dificuldades de manter a sustentabilidade de suas contas públicas, principalmente devido à grande rigidez de seus gastos com pessoal”, diz Duque, no material.

Ele explica que, devido à grande proporção de gastos obrigatórios, como pessoal, quando há necessidade de se apertar o cinto quem sente são as chamadas despesas “discricionárias” (aquelas que o governo pode dispor livremente).

“Investimentos públicos costumam ser os primeiros a serem cortados... Programas sociais também costumam ser cortados quando há necessidade de ajuste fiscal. No caso da União, tem-se o Bolsa Família, cujo orçamento esperado para 2021 estará

ainda cerca de 6% abaixo daquele de 2014 em termos de poder de compra, mesmo após grandes elevações da taxa de desemprego e pobreza”, salienta.

Duque lembra que o governo federal prevê que, para a União, a economia proporcionada pela PEC seja de R\$ 50 bilhões no acumulado de dez anos, sendo de aproximadamente R\$ 12 bilhões no primeiro ano. Mas o ministério da Economia não divulgou uma conta para Estados e municípios.

O economista avaliou os dados sobre gastos com pessoal de todos os Estados, apontando que 21 já rompem, pelo menos, o limite de alerta de gastos com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), alocando mais de 54% de suas receitas líquidas para pagamento do funcionalismo. “Caso os Estados respeitassem o limite de alerta da LRF, eles teriam R\$ 36,1 bilhões a mais de recursos que poderiam ser alocados, por exemplo, para financiar aumento de seus investimentos. Vale ressaltar que em 2019 os Estados investiram um valor menor, de R\$ 34 bilhões, segundo o Tesouro”, analisa. A situação não é muito melhor entre os grandes municípios.

Além disso, o estudo destaca que, se em 15 anos (2002 a 2017) os servidores do setor público não tivessem tido aumentos superiores aos do privado, haveria um espaço fiscal de em torno de 1,3% do PIB, correspondente a mais de R\$ 83 bilhões a preços de 2017 (cerca de R\$ 90 bilhões hoje). “Tal valor foi equivalente a 3 vezes o orçamento do Bolsa Família e superior ao déficit primário em 2019.”

No trabalho feito para o CLP, Duque estimou os impactos da PEC Emergencial com e sem a medida que permite redução de jornada e salário de servidores. No primeiro caso, considerando uma redução de 15% (a proposta permite até 25%, mas ele aponta que a medida não atingiria todos funcionários por diversos motivos) nos salários, chegou-se em dois números: economia de R\$ 72,5 bilhões, tendo como base de comparação um cenário de realização dos aumentos já previstos para os próximos anos de gastos com salários; e de R\$ 78,9 bilhões sem a evolução de despesas verificada no período de 2015 a 2019.

Se a possibilidade de cortes de salários for derrubada e ficar apenas a vedação de reajustes, as simulações de Duque apontam que a economia varia de R\$ 35 bilhões

e R\$ 41 bilhões, valores que ainda seriam “fortemente relevantes para o ajuste das contas públicas dos entes subnacionais”.

“A economia gerada pela PEC Emergencial, tal como esperado, é maior nos primeiros anos após sua aprovação. Conforme os governos municipais, estaduais e federal ajustam suas contas, os gatilhos aplicados pela emenda constitucional são cada vez menos aplicados”, explica Duque.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Ar condicionado portátil coloca um fim em contas elétricas caras

ARCTIC AIR ULTRA™

LINK PATROCINADO

Esse relógio militar está dominando as vendas no Brasil

RELÓGIO STRONG SHOCK

LINK PATROCINADO

Você vai amar essas sandálias, volte e veja porque.

CONFORT PÉ

por taboola

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Depois de troca de farpas entre Maia e ACM Neto, bancada do DEM diz que saída de Maia 'ajudará a pacificar o partido'

Solução 'impopular' pagaria benefício, dizem especialistas

Dinheiro poderia vir de corte de gastos e cancelamento de incentivos fiscais, defende diretor da IFI

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

11/02/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Felipe Salto: defesa da combinação de cortes de despesas do Orçamento de 2021, edição do crédito extraordinário e medidas compensatórias

Há soluções para pagar a prorrogação do auxílio emergencial sem que isso represente aumento da dívida e vire um problema grave para a economia brasileira, apontam especialistas. No entanto, são medidas impopulares, porque cortam despesas ou cancelam incentivos fiscais. “A pergunta é se há disposição de fazer os cortes e enfrentar os custos políticos”, disse o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto.

Autor de um artigo em que lista R\$ 46,2 bilhões em despesas que podem ser cortadas do Orçamento para abrir espaço para o benefício, o pesquisador associado do Insper Marcos Mendes acredita que, se o governo não colocar uma proposta sobre a mesa, corre maior risco de ver o Congresso aprovar uma prorrogação do auxílio sem redução de outras despesas. O resultado será uma dívida mais elevada.

Nas contas de Mendes, seria possível abrir um espaço de R\$ 10,8 bilhões no Orçamento de 2021 com um corte pela metade das emendas parlamentares individuais no valor de R\$ 4,8 bilhões. Além disso, seriam mantidas neste ano as economias dos Poderes e órgãos autônomos com a pandemia, que dariam mais R\$ 1 bilhão. Os R\$ 5 bilhões restantes viriam do fim da desoneração da folha de pagamento.

São medidas de difícil aprovação. “Os políticos com quem conversei riram na minha cara”, conta Mendes, que integrou a equipe do Ministério da Fazenda no governo de Michel Temer. De duas, uma, diz. Ou esta é uma crise humanitária que demanda o sacrifício de todos, ou os pedidos de atenção aos mais vulneráveis são só discurso da boca para fora.

Mendes chega aos R\$ 46,2 bilhões com propostas que teriam impacto em 2022 e que afetam os grupos menos prejudicados pela crise. Por exemplo, as pessoas que pagam Imposto de Renda poderiam abrir mão de R\$ 10 bilhões em deduções a que têm direito.

Também os Estados, que receberam em 2020 mais recursos do que seria necessário para repor suas perdas com a pandemia, poderiam contribuir com outros R\$ 10 bilhões. O congelamento da folha de servidores públicos, se mantida por mais um ano, renderia outros R\$ 9 bilhões. O corte de alguns incentivos fiscais menores

poderia ter impacto de mais R\$ 5,4 bilhões, e a extinção ou privatização de estatais pequenas, mais R\$ 1 bilhão.

Difícilmente o corte de despesas seria suficiente para prorrogar o auxílio emergencial, atualmente estimado em R\$ 20 bilhões. Assim, será necessário abrir um crédito extraordinário para dar suporte ao gasto extra.

A medida não rompe com a regra do teto, diz Salto. Porém, o crédito vai de encontro à meta de resultado primário. Daí a importância de estar acompanhado de cortes na despesa. Uma vez aberto o crédito extraordinário, o governo poderá editar uma medida provisória para prorrogar o benefício.

Existem dúvidas quanto à possibilidade de abertura imediata do crédito. Felipe Salto afirma que é possível fazê-lo antes da aprovação do Orçamento de 2021. Não é, porém, um entendimento pacífico entre especialistas. Outra dúvida é se o crédito extraordinário pode ser usado para a pandemia. É discutível se se trata de um fato imprevisível, como manda a legislação.

Com tantas dúvidas, Mendes suspeita que nenhum técnico estará disposto a assinar a abertura do crédito extraordinário e se colocar na mira dos órgãos de controle. O caminho mais seguro, acredita, é a aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para dar base ao crédito extraordinário.

Essa PEC daria segurança jurídica à situação de calamidade. E, pelo desejo da equipe econômica, viria atrelada com medidas de contenção de despesas. Mas é um caminho arriscado, alerta. “Abre a porta para muitos gastos além do auxílio emergencial.”

Salto acha que a edição da PEC de Guerra, como vem discutindo o governo, é um caminho possível, mas pouco provável. Ele defende uma combinação de cortes de despesas previstas no Orçamento de 2021 e a edição do crédito extraordinário, acompanhado de medidas compensatórias.

TJ-SP aceita bem de terceiro como garantia antecipada de dívida fiscal

Decisão beneficia empresa do setor de alumínio, que discute cobrança de ICMS

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

11/02/2021 05h02 · Atualizado há 5 horas



Advogado Jandir J. Dalle Lucca: “Essa situação é atípica, ainda considerando que o bem imóvel não é da empresa” — Foto: Divulgação

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) aceitou um imóvel de terceiro como garantia antecipada de uma dívida fiscal. O bem é de uma empresa com quem o contribuinte tem apenas relações comerciais. Decisões como essa são raras, segundo advogados. Dificilmente, acrescentam, o Judiciário aceita esse tipo de oferta.

A garantia antecipada em geral é oferecida quando a empresa perde um processo administrativo contra autuação fiscal e pretende discutir a cobrança na Justiça. Enquanto a Fazenda Pública não ajuíza a execução fiscal, o contribuinte fica numa espécie de “limbo jurídico” e, para conseguir certidão fiscal e não ser incluído em cadastro de inadimplente, precisa oferecer um bem à penhora.

O caso envolve uma empresa do setor de alumínio, que sofreu uma cobrança de ICMS no valor de R\$ 320 mil. Em primeira instância, a ação de antecipação de garantia foi julgada extinta sem julgamento do mérito, por questões processuais. Para o juiz, o Código de Processo Civil (CPC) de 2015 não recepcionou as ações cautelares autônomas.

A empresa então recorreu com pedido de antecipação de tutela, o que foi deferido pelo desembargador José Maria Câmara Junior, da 8ª Câmara de Direito Público. Para ele, a caução representa antecipação da penhora, produzindo os seus mesmos efeitos, conforme julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de 2010, por meio de recurso repetitivo (REsp 1123669).

De acordo com a decisão (processo nº 2007317-83.2021.8.26.0000), nesses casos, como na execução fiscal, o executado pode nomear bens à penhora, observada a ordem legal prevista no artigo 835 do CPC e no artigo 11 da Lei de Execuções Fiscais (nº 6.830, de 1980).

A penhora, segundo os dispositivos, observará, preferencialmente, a seguinte ordem: dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira; títulos da dívida pública com cotação em mercado; títulos e valores mobiliários com cotação em mercado; veículos; bens imóveis; bens móveis em geral; entre outros.

Em um primeiro momento, a empresa ofereceu maquinários de seu ativo imobilizado, no valor de R\$ 410 mil. Porém, foram considerados de difícil alienação.

Então, passou a ofertar um imóvel de uma outra companhia com a qual tem relações comerciais, avaliado em R\$ 630 mil.

De acordo com o advogado que representa a empresa, Jandir J. Dalle Lucca, sócio da Advocacia Dalle Lucca, após o encerramento do processo administrativo, “as empresas que pretendem levar a discussão de autos de infração para o Poder Judiciário ficam à mercê do futuro ajuizamento de execução fiscal”. Como isso pode demorar meses, acrescenta, é possível obter judicialmente o direito de antecipar o oferecimento da garantia.

Os juízes de primeira instância em São Paulo têm negado o pedido por questões processuais, segundo Lucca. Mas isso tem sido revisto no TJ-SP. Ainda assim, diz, os desembargadores tendem a aceitar somente o seguro garantia ou fiança bancária. “Essa situação é atípica, ainda considerando que o bem imóvel não é da empresa. Muito embora a companhia, que ofereceu a garantia, tenha feito reunião de cotistas, registrado em junta comercial e obedecido todos os requisitos legais”, afirma.

A liminar obtida, de acordo com o advogado Carlos Navarro, do escritório Galvão Villani Navarro, é importante por ser difícil a aceitação desses bens. “O Judiciário é muito resistente em responsabilizar terceiros nesses casos”, diz. “Aceita-se, no máximo, bens de outra empresa do mesmo grupo ou bens de sócios.”

Em nota, a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo informa que “a Fazenda Pública não aceita bens imóveis em garantia de execuções ajuizadas, mas em situações excepcionais, a depender das especificidades do caso, bens imóveis podem ser aceitos”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O óculos que chegou para desbancar as grandes marcas com um preço justo

THINGTEX



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

Trajatória da dívida pública não foi tão ruim

É possível, em tese, retomar o auxílio emergencial sem criação de imposto

11/02/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

Melhor do que o previsto

Parâmetros macroeconômicos do Tesouro Nacional

	As projeções para 2020	O que ocorreu
■ Déficit primário	12,7% do PIB	9,49% do PIB
■ IPCA	2,6%	4,52%
■ Crescimento real do PIB	-5,0%	-4,4% (*)
■ Dívida bruta	96,0% do PIB	89,30% do PIB

Fontes: Relatório de Projeções da Dívida Pública do Tesouro Nacional, do terceiro quadrimestre de 2020; IBGE e Banco Central.
(*) Projeção do Banco Central que consta do Relatório de Inflação de dezembro de 2020.

A União vive uma situação muito difícil na área fiscal, registrando déficits primários continuados desde 2014. Mas, mesmo com os elevados gastos realizados no combate à pandemia em 2020, a trajetória da dívida pública foi menos desfavorável do que as previsões do próprio governo e dos analistas do mercado.

Em outubro, por exemplo, o Tesouro Nacional projetava que a dívida bruta do setor público ficaria em 96% do Produto Interno Bruto (PIB), ao fim do ano. Ela terminou em 89,3% do PIB, de acordo com o Banco Central. Ou seja, 6,7 pontos percentuais abaixo da previsão. No início da pandemia, alguns analistas chegaram a prever que ela atingiria 100% do PIB.

Em tese, há espaço para o auxílio, sem um novo imposto

Vários motivos explicam o desempenho menos desfavorável. O primeiro foi o resultado primário do setor público, que ficou abaixo das previsões. Em seu Relatório de Projeções da Dívida Pública, do terceiro quadrimestre, divulgado no fim de outubro, o Tesouro Nacional trabalhou com a previsão de que o déficit primário do setor público consolidado ficaria em 12,7% do PIB em 2020.

O déficit primário do ano passado ficou, no entanto, em 9,49% do PIB, segundo o Banco Central. Houve uma recuperação da receita tributária da União a partir de junho do ano passado, o que melhorou o resultado fiscal. Assim, o governo foi menos pressionado a fazer emissões de títulos para obter recursos para pagar as suas despesas, o que resultou em menor endividamento.

A Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade do Senado, deu duas outras explicações para o fenômeno, em seu Relatório de Acompanhamento Fiscal, divulgado no mês passado. A menor queda da atividade econômica e uma aceleração da inflação no fim de 2020 foram os fatores que, conjuntamente, elevaram o PIB nominal, mostrou a IFI. A dívida pública é sempre comparada ao PIB, que mede o que foi produzido no país em determinado ano. Se o PIB aumenta mais do que o previsto, melhora a relação dívida/PIB. Foi o que ocorreu em 2020.

A IFI lembrou que, em novembro do ano passado, o IBGE divulgou os resultados definitivos das contas nacionais de 2018, observando que, em valores correntes, o PIB daquele ano foi revisado para R\$ 7,004 trilhões. Com isso, a taxa de crescimento entre 2017 e 2018 passou de 4,6% para 6,4%. No início de dezembro, o IBGE divulgou as revisões das informações referentes a 2019 e à primeira metade de 2020.

O PIB de 2019 foi alterado de R\$ 7,257 trilhões para R\$ 7,407 trilhões, com o crescimento nominal de 2018 para 2019 passando de 5,3% para 5,8%.

O PIB nominal também aumentou porque a inflação acelerou no fim do ano passado. O IPCA passou de 0,89% em novembro para 1,35% em dezembro, a maior variação mensal desde fevereiro de 2003, observou a IFI. O IPCA encerrou o ano com alta de 4,52%, ou seja, 0,52 ponto acima do centro da meta de inflação.

A entidade do Senado explicou ainda que o deflator do PIB também aumentou, em relação à estimativa inicial. O deflator é uma medida de inflação mais ampla que o IPCA, pois reflete a variação de preços de todos os bens e serviços produzidos internamente. Os dois índices caminham na mesma direção, embora, como observou a IFI, o deflator do PIB costuma evoluir acima do IPCA.

Com a economia caindo menos do que o previsto e com o deflator do PIB subindo mais do que se esperava, o valor nominal do PIB em 2020 também foi maior do que as projeções iniciais.

Em seu relatório de outubro, o Tesouro Nacional trabalhou com uma retração do PIB em 2020 de 5%, em termos reais. Em dezembro, já com todas as revisões feitas pelo IBGE, o Banco Central mudou sua projeção para o PIB e passou a considerar uma queda real de 4,4%. O dado oficial será divulgado pelo IBGE no início de março.

Depois de a dívida bruta do setor público (DBGG) atingir 96% do PIB em 2020, o Tesouro projetou, no relatório de outubro, que ela seguirá crescendo mais lentamente nos próximos anos, chegando a 100,8% do PIB em 2026, quando adquiriria uma trajetória decrescente. A Secretaria do Tesouro Nacional (STF) alterou a periodicidade do relatório, que passará a ser semestral, a partir deste ano. As projeções para 2021 e para o período de dez anos, com os novos parâmetros, só serão conhecidas em abril, com revisão em outubro.

Por conta dos gastos da União para preservar a população da pandemia, a dívida bruta aumentou 15 pontos percentuais do PIB no ano passado. É uma elevação muito expressiva, principalmente para um país emergente como o Brasil. Mas o fato

é que a trajetória futura para a dívida pública bruta é muito melhor, hoje, do que a projeção feita em outubro pelo Tesouro.

Se o governo gastar R\$ 20 bilhões com o novo auxílio emergencial de R\$ 200, que seria concedido pelo prazo de três meses, para um número menor de pessoas do que no ano passado, a trajetória futura para a dívida ainda será melhor do que aquela traçada em outubro pelo Tesouro. Ou seja, é possível dar o auxílio sem a criação de um novo imposto.

O objetivo de um novo imposto é, claramente, o de melhorar a meta de resultado primário deste ano. O governo precisa avaliar se o custo de mudar a estratégia de ajuste fiscal - até agora focada no controle e redução das despesas - vale a pena. Trilhar o caminho do aumento da carga tributária para resolver a questão fiscal, como foi feito em passado recente, talvez seja um erro.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras
E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

O óculos que chegou para desbancar as grandes marcas com um preço justo

THINGTEX

LINK PATROCINADO

Clareador de manchas Melan-Free com 50% de desconto e frete grátis. Compre agora!

MELAN-FREE

LINK PATROCINADO

O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

Ar condicionado portátil coloca um fim em contas elétricas caras

ARCTIC AIR ULTRA™

LINK PATROCINADO

A ideia desse relógio militar é brilhante!

RELÓGIO STRONG SHOCK